

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS E VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO DA MUNICIPALIDADE****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****DATA E HORA DO PREGÃO: 26/05/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)****SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL****MODO DE DISPUTA: ABERTO****PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM****UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP****PREÂMBULO**

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Administração, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Trânsito, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 26 de maio de 2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS E VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO DA MUNICIPALIDADE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº [7929/2023](#), nº [7843/2023](#), nº [6238/2017](#), nº [6434/2018](#) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1, SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS E VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO DA MUNICIPALIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 03 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO	FONTE	APLICAÇÃO
SEASP	2378	04.02.00 / 06.181.8003.2367 / 3.3.90.39.78	1	1.100.000
SECTUR	3014	19.02.00 / 13.122.3003.2024 / 3.3.90.39.16	1	1.100.000
SEEL	2642	20.02.00 / 27.812.3001.2405 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000
SESAP	4974	10.07.00 / 10.122.1001.2377 / 3.3.90.39.16	1	3.100.000
SEAD	2398	05.02.00 / 04.122.7004.2103 / 3.3.90.39.78	1	1.100.000
SETRAN	6176	16.02.00 / 15.452.8001.2439 / 3.3.90.39.99	1	1.000.064
SEAI	2625	18.02.00 / 11.334.6005.2354 / 3.3.90.39.16	1	1.100.000
SEAS	2461	08.02.00 / 08.122.4001.2468 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000
SEDUC	7538	09.27.00 / 12.361.2003.2408 / 3.3.90.39.16	1	2.200.000
	7539	09.27.00 / 12.365.2003.2409 / 3.3.90.39.16	1	2.130.000
	3121	09.02.00 / 12.367.2001.2043 / 3.3.90.39.19	1	2.400.000
SESURB	2598	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000



2.2. O valor estimado da contratação é de acordo com os valores informados no Termo de Referência (Anexo I).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

3.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.7.12. Sociedades Cooperativas.

3.8. O impedimento de que trata o item **3.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.2** e **3.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens **3.7.2** e **3.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item **3.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1** e **8.10.1** deste Edital.



4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora



ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.4** ou **4.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. A licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Parentesco e Vínculo Impeditivo, firmada por seu representante legal em papel timbrado, atestando, sob as penas da lei, que:

- a) Não possui em seu quadro de proprietários, sócios ou empregados, servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante, bem como responsáveis pela condução desta licitação;
- b) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (e até o segundo grau por afinidade), de ocupantes de cargos de direção ou de servidores do órgão ou entidade contratante que atuem na licitação ou na fiscalização do contrato.

4.10. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

4.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

4.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

4.13. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

4.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



4.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.22. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

4.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no ANEXO I – Termo de Referência.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário;

5.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



6.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. Empresas brasileiras;

6.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.7** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) [Tribunal de Contas do Estado de São Paulo](#);
- c) [Tribunal de Contas da União](#);
- d) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantidos pela Controladoria-Geral da União ()

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **4.6** deste edital.

7.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

7.5.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vício insanável;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

7.6.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

7.6.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **8.4**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da



Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Caso o Termo de Referência exija que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.10.1**.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

- a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

9.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

9.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

9.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

9.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



9.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

9.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

9.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

9.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a Homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a)** Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b)** Disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou
- c)** Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. Referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócio ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. O Prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

12.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.3.1. Advertência;

12.3.2. Multa;

12.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

12.4.2. As peculiaridades do caso concreto

12.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.5.1. Para as infrações previstas nos itens **12.1.1.**, **12.1.2.** e **12.1.3.**, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

12.5.2. Para as infrações previstas nos itens **12.1.4.**, **12.1.5.**, **12.1.6.**, **12.1.7.** e **12.1.8.**, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1.**, **12.1.2.** e **12.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4.**, **12.1.5.**, **12.1.6.**, **12.1.7.** e **12.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1.**, **12.1.2.** e **12.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



13.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

13.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

13.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

13.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

13.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

13.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

13.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

13.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

13.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

13.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

13.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

13.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

14. DOS ANEXOS

14.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.1.1.1. 1º Apêndice do ANEXO I – Quantidade estimada e valor médio dos orçamentos

14.1.1.2. 2º Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

14.1.3. ANEXO II – Planilha Proposta

14.1.3.1. 1º Apêndice do ANEXO II – Endereços das unidades

14.1.4. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Praia Grande, 4 de maio de 2026.

SORAIA M. MILAN
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

GISELE DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social

RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA
Secretário de Administração Interino

MAURICIO VIEIRA IZUMI
Secretário Municipal de Assuntos De
Segurança Pública

JOÃO ALVES CORRÊA NETO
Secretário Municipal de Assuntos
Institucionais

MAURICIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAÍAS COSTA LIMA
Secretário Municipal de Saúde Pública

RODRIGO SANTANA
Secretário Municipal de Esporte E Lazer

MARCELINO SANTOS GOMES
Secretário Municipal de Trânsito



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de controle de sinantrópicos em próprios municipais e veículos a disposição da municipalidade, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **“1º Apêndice do Anexo I – Estimativa Secretarias e valores média de orçamentos”**.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os bens e/ou serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, prorrogável ou não conforme necessidade do gestor do contrato, desde que observadas as diretrizes do art. 106 da lei 14.333/2021 e respeitando a vigência máxima decenal os preços poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observadas as diretrizes do art. 107 da lei 14.333/2021.

1.5. O fornecimento dos serviços é enquadrado como continuado tendo em vista que temos realizado o controle de sinantrópicos em nossas instalações, o que resultou em uma redução significativa das infestações e melhora no ambiente. No entanto, como sabemos, o controle de sinantrópicos é um processo contínuo, e para garantir que o problema não se agrave novamente, é fundamental dar continuidade aos serviços com a finalidade de evitarmos uma nova infestação, que poderia gerar novos custos e riscos à saúde. Além disso, a manutenção do controle é a forma mais eficaz de prevenir que sinantrópicos se restabeleçam no ambiente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o ETP.

1.6. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Praia Grande é um dos destinos mais procurados no litoral paulista, considerada o quarto destino turístico mais procurado do Brasil, está sempre em constante desenvolvimento. Suas belezas naturais, opções de lazer e infraestrutura adequada, atrai em média 6.000 turistas e pessoas interessadas em fixar residência. Os 22,5 quilômetros de belas praias e orla urbanizada com ciclovias, quiosques, espaços kids, eventos esportivos e culturais de grande porte, exemplificam o interesse dos turistas em busca de diversão na Cidade. Tudo isso sem esquecer da população praia-grandense, sempre hospitaleira e receptiva. Na alta temporada, a população flutuante de Praia Grande aumenta até quatro vezes, ultrapassando em determinados momentos, como Natal, Ano Novo e Carnaval, a marca de mais de 1 milhão e meio de pessoas. Atualmente, de acordo com dados oficiais, 330 mil pessoas residem no Município.

2.2. O Município vem atravessando um processo de desenvolvimento em todas as áreas ao longo dos últimos anos. Por conta desse momento positivo, Praia Grande se transformou em sinônimo de qualidade de vida, tranquilidade e infraestrutura completa, se tornando a escolha de moradia para muitas famílias que querem fugir de toda a agitação da capital e de outras cidades. A Cidade tem trabalhado para resolver as demandas apresentadas buscando oferecer melhor estrutura e equipamentos para população.

2.3. A Secretaria de Serviços Urbanos tem como atribuição o planejamento e a execução serviços de manutenção de equipamentos públicos e vias urbanas do Município de Praia Grande. Dentre as ações realizadas pelo setor estão a limpeza da faixa de areia e calçamento, limpeza dos canais e valas a céu aberto, limpeza de equipamentos da rede de drenagem de águas pluviais como caixas de passagem e bocas de lobo, varrição das ruas, manutenção de praças, raspagem de areia da sarjeta, pintura de guias, retirada de materiais inservíveis como móveis e eletrodomésticos das vias, limpeza de terrenos públicos, entre outros. A SESURB é dividida em setores responsáveis pelos seguintes serviços: limpeza urbana região 1-2-3, manutenção de próprios, serviços gerais, manutenção de praças e áreas verdes, manutenção de drenagem, cemitério municipal, iluminação pública entre outros.

2.4. A zeladoria de uma cidade envolve uma série de desafios e problemas que precisam ser abordados para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a funcionalidade do ambiente urbano. Aqui estão alguns dos principais problemas que a zeladoria urbana geralmente enfrenta:

2.4.1 Acúmulo de Lixo e Resíduos: Gerenciar e eliminar resíduos sólidos urbanos de forma eficiente é crucial para manter a cidade limpa. Problemas incluem falta de coleta adequada, reciclagem insuficiente e acúmulo de lixo em áreas públicas.

2.4.2. A limpeza realizada pela Prefeitura de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos (Sesurb), na faixa de areia e calçamento durante o Réveillon 2023/2024 recolheu 1.367,88 toneladas de lixo. O trabalho foi iniciado



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

na madrugada do dia 1º de janeiro, por volta das 2 horas, sendo retomado na tarde do mesmo dia. A ação da Sesurb contou com a presença de cerca de 650 funcionários, na primeira limpeza dos 22,5 km de orla da Cidade, que começou na madrugada e finalizou às 11h, foram retiradas 742,9 toneladas de lixo, resultado da festada virada. No reforço da limpeza, realizado a partir das 17h, mais 624,9 toneladas de resíduos foram retiradas da areia e do calçadão.

2.4.3. Durante o carnaval a quantidade de lixo retirado da praia na faixa de areia e calçadão dos dias 10, 11, 12, 12 e 14 de fevereiro de 2024 foram de 556.30 toneladas.

2.4.5. Fora da alta temporada a média de lixo retirado da praia na faixa de areia e calçadão é de 1.247 toneladas.

2.4.6. Manutenção de Áreas Verdes: Parques, jardins e áreas verdes exigem cuidados regulares, incluindo poda de árvores, corte de grama e remoção de plantas invasivas. A falta de manutenção pode levar ao declínio estético e à perda de biodiversidade.

2.4.7. Conservação de Infraestrutura Urbana: Calçadas, ruas, pontes e edifícios públicos precisam de reparos e manutenção contínuos para prevenir deterioração. Buracos, rachaduras e estruturas danificadas representam riscos para a segurança e a acessibilidade.

2.4.8. Limpeza de Bueiros e Sistemas de Drenagem: Bueiros e sistemas de drenagem entupidos podem causar alagamentos e problemas de escoamento, especialmente durante tempestades. A manutenção regular é essencial para evitar esses problemas.

2.4.9. Controle de Pragas e Vetores: Infestações de pragas, como ratos, baratas e mosquitos, podem ser um problema significativo em áreas urbanas. Programas de controle e prevenção são necessários para minimizar o impacto na saúde pública.

2.4.10. Segurança Urbana: A manutenção da segurança em áreas públicas inclui a iluminação adequada, a sinalização clara e a supervisão de espaços que possam se tornar pontos de crime ou vandalismo.

2.4.11. Gestão de Águas Pluviais: O controle adequado das águas pluviais e a prevenção de enchentes exigem uma boa infraestrutura de drenagem e a manutenção de sistemas que evitam o acúmulo de água em ruas e áreas públicas.

2.4.12. Preservação do Patrimônio Histórico: Muitos centros urbanos possuem edifícios e monumentos históricos que precisam de cuidados especiais para preservação e restauração, equilibrando o desenvolvimento moderno com a conservação do patrimônio cultural.

2.4.13. Esses problemas exigem uma abordagem integrada e colaborativa entre as autoridades municipais, os trabalhadores da zeladoria e a comunidade para garantir um ambiente urbano limpo, seguro e funcional.

2.6. Registrou-se o interesse formal de 10 Secretarias no processo, abrangendo um total de 252 próprios municipais e 89 veículos vinculados.

2.7. Visto a grande estrutura da Secretaria de Serviços Urbanos, e os diversos serviços apresentados fica claro a necessidade de contratação de serviços especializados no controle de Sinantrópicos.

2.8. Os animais sinantrópicos são aqueles que vivem em estreita associação com os seres humanos e se adaptaram ao ambiente urbano ou doméstico, frequentemente aproveitando os recursos oferecidos pelas atividades humanas, como alimentos, abrigo e calor. Esses animais podem ser prejudiciais à saúde pública, à infraestrutura e ao bem-estar das pessoas.

Alguns exemplos comuns de animais sinantrópicos incluem:

2.8.1. Roedores (Ratos e camundongos)

- Exemplos: Rato-de-esgoto (*Rattus norvegicus*), rato-preto (*Rattus rattus*), camundongo (*Mus musculus*).
- Riscos: Podem transmitir doenças como leptospirose, hantavirose, salmonelose e tifo. Além disso, causam danos materiais ao roerem fios elétricos, móveis e estruturas.

2.8.2. Insetos

- Exemplos: Moscas, baratas, formigas, piolhos, pulgas, percevejos e mosquitos.
- Riscos: Os mosquitos são transmissores de doenças como dengue, zika e chikungunya. As baratas e moscas podem contaminar alimentos e ambientes com bactérias, fungos e vírus, enquanto as pulgas podem transmitir doenças como a peste bubônica.

2.8.3. Pombos



- Riscos: Podem transmitir doenças como criptococose, histoplasmoses e psitacose, além de serem portadores de parasitas como piolhos e ácaros. Suas fezes podem danificar estruturas e causar problemas de saúde devido ao acúmulo de esporos de fungos.

2.8.4. Formigas

- Riscos: Embora algumas espécies de formigas não sejam diretamente prejudiciais à saúde, outras, como as formigas-de-fogo, podem causar picadas dolorosas e alergias graves. Além disso, podem infetar alimentos e locais de trabalho, afetando a higiene.

2.9. Esses animais geralmente encontram abrigo em locais como ruas, calçadas, prédios públicos, casas, estações de transporte, mercados, veículos e outros ambientes urbanos. A convivência com sinantrópicos traz riscos significativos à saúde, por isso o controle e manejo adequado dessas populações são essenciais para garantir o bem-estar da comunidade.

2.10. Visto a grande estrutura dos Próprios Municipais, fica claro a necessidade de contratação de serviços especializados no controle de Sinantrópicos.

2.10.1. Os animais sinantrópicos são aqueles que vivem em estreita associação com os seres humanos e se adaptaram ao ambiente urbano ou doméstico, frequentemente aproveitando os recursos oferecidos pelas atividades humanas, como alimentos, abrigo e calor.

2.10.2. Esses animais geralmente encontram abrigo em locais como ruas, calçadas, prédios públicos, casas, estações de transporte, mercados, veículos e outros ambientes urbanos. A convivência com sinantrópicos traz riscos significativos à saúde, sendo portanto prejudiciais à saúde pública, à infraestrutura e ao bem-estar das pessoas, por isso o controle e manejo adequado dessas populações são essenciais para garantir o bem-estar da sociedade.

2.10.3. O controle de sinantrópicos envolve uma série de abordagens que podem ser adaptadas de acordo com o tipo de animal, a gravidade da infestação e os recursos disponíveis. Cada solução tem vantagens e desvantagens, portanto, a execução desses serviços de controle de sinantrópicos é uma medida preventiva e necessária para garantir a saúde, a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida para os cidadãos e servidores que utilizam os próprios municipais e veículos públicos.

2.11. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025) conforme detalhamento a seguir no link <https://pnpc.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1.1. Execução de controle de sinantrópicos em imóvel: **3.1.1.1.** Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, formigas, pulgas, traças e aranhas, quilópodes e diplópodes; **3.1.1.2.** Causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;

3.1.1.3. Considerar as características específicas de cada local: salas comuns, administração, recepção, arquivos, salas de reunião entre outros; a aplicação deverá ser feita de forma diferenciada e de acordo com a exigência do local e animal/inseto predominante, utilizando equipamentos em acordo com as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária;

3.1.1.4. Exterminar as colônias e impedir a formação e surgimento de novos insetos;

3.1.1.5. Não colocar em risco a saúde das pessoas que transitam nas instalações das unidades;

3.1.1.6. Nas áreas de circulação constante de pessoas, a atenção deverá se concentrar também no tipo de produto e forma de aplicação para evitar possível intoxicação ou intolerância por parte dos usuários;

3.1.1.7. Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças;

3.1.1.8. Não interferir na rotina do ambiente de funcionamento das Unidades;

Método:

3.1.1.9. Na cozinha, despensa e almoxarifado: deverá ser aplicado gel, além da pulverização;

3.1.1.10. Nas caixas de gordura, fossas, ralos, passagens de esgoto e telhado: deverá ser executada a pulverização e a termobulização.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.1.1.11. No quadro de força: método utilizado deverá ser aplicação de pó com polvilhadeira.

3.1.1.12. Permitir que o ambiente seja lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;

3.1.1.13. Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades;

3.1.1.14. A aplicação do produto deverá ser em toda a área interna dos prédios e na parte externa, ser aplicado no chão, nas paredes e pátio até atingir a extensão de dois metros ao redor dos mesmos.

3.1.1.15. Dentre os objetivos desta contratação, os principais alvos são:

3.1.1.15.1. BARATAS: Tratamento de bueiros, caixas de passagens, ralos (tratamento nas redes de esgoto e gordura) e todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação. O tratamento das áreas consideradas críticas e propensas à infestação de baratas deverão ser analisadas pela empresa que deverá apresentar o melhor sistema a ser empregado para eliminação dos insetos, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas. Utilizar produtos adequados como pulverizadores, gel, pó seco, armadilhas adesivas e outras necessárias, empregando a melhor técnica para eliminar todas as pragas existentes e valendo-se de técnicas de controle natural, quando for possível.

3.1.1.15.2. FORMIGAS: Tratamento de bueiros, caixas de passagens, ralos (tratamento nas redes de esgoto e gordura) e todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de formigas domésticas. O tratamento das áreas consideradas críticas e propensas à infestação de baratas deverão ser analisadas pela empresa que deverá apresentar o melhor sistema a ser empregado para eliminação dos insetos, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas. Recomenda-se a aplicação de gel.

3.1.1.15.3. PULGAS: todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de pulgas.

3.1.1.15.4. TRAÇAS: Todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de traças.

3.1.1.15.5. ARANHAS: Todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de aranhas.

3.1.1.16. O reforço de controle do imóvel será feito nas áreas críticas, com execução feita da mesma maneira do que realizado na primeira aplicação.

3.1.1.17. A empresa **CONTRATADA** deverá fazer uma **visita mensal nas Unidades**, com objetivo de verificar sinais da permanência de pragas, e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da visita, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável da unidade visitada, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

3.1.1.18. Frequência dos serviços de controle de sinantrópicos em imóvel

ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA
Controle de sinantrópicos em imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal

1.2. EXECUÇÃO DE DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEL

3.2.1. Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;

3.2.2. Eliminar e prevenir a proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde do público e funcionários em geral;

3.2.3. Causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;

3.2.4. Considerar as características específicas de cada local: salas comuns, administração, recepção, arquivos, salas de reunião entre outros; a aplicação deverá ser feita de forma diferenciada e de acordo com a exigência do local e animal/inseto predominante, utilizando equipamentos em acordo com as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária;

3.2.5. Exterminar as colônias e impedir a formação e surgimento de novos ratos;

3.2.6. Não colocar em risco a saúde das pessoas que transitam nas instalações das unidades;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.2.7. Nas áreas de circulação constante de pessoas, a atenção deverá se concentrar também no tipo de produto e forma de aplicação para evitar possível intoxicação ou intolerância por parte dos usuários;

3.2.8. Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças;

3.2.9. Não interferir na rotina do ambiente de funcionamento das Unidades;

3.2.10. Permitir que o ambiente possa ser lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;

3.2.11. Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades;

3.2.12. A aplicação do produto deverá ser em toda a área interna dos prédios e na parte externa, ser aplicado no chão, nas paredes, nos telhados e pátio até atingir a extensão de dois metros ao redor dos mesmos.

3.2.13. Dentre os objetivos desta contratação, os principais alvos são:

3.2.13.1. ROEDORES: Uso de Raticida pó de contato, com princípio ativo coumatetralil a 0,075%, hidrorrepelente, de ação anticoagulante, acondicionados adequadamente em porta isca parafinada resistente à umidade a base de difetialona 0,0025%, saches de 25gr, com aplicação em pontos críticos de forma a desenvolver um anel sanitário, retratado por uma barreira química preventiva de bloco parafinado de 20 gr a base de floccoumafen de 0,005%, visando impedir a infestação de roedores e/ou armadilhas adesivas ou outras necessárias, empregando a melhor técnica para eliminar os roedores e valendo-se de técnicas de controle natural, quando for possível, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas.

3.2.14. O reforço de controle do imóvel será feito nas áreas críticas, com execução feita da mesma maneira do que realizado na primeira aplicação.

3.2.15. A empresa **CONTRATADA** deverá fazer uma visita mensal nas unidades, com objetivo de verificar sinais da permanência de roedores, e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da visita, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável da unidade visitada, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

3.2.16. Frequência dos serviços de desratização de imóvel

ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA
Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal

1.3. EXECUÇÃO DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM VEÍCULO:

3.3.1. Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, formigas, pulgas, traças e aranhas, quilópodes e diplópodes;

3.3.2. Causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;

3.3.3. Exterminar as colônias e impedir a formação e surgimento de novos insetos;

3.3.4. Não colocar em risco a saúde das pessoas que fazem uso do veículo;

3.3.5. Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças;

3.3.6. Não interferir na rotina de funcionamento do veículo;

3.3.7. Permitir que o veículo possa ser lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;

3.3.8. Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades;

3.3.9. A aplicação do produto deverá ser em toda a área interna do veículo e na parte externa, ser aplicado nos paralamas, e assoalho do veículo.

3.3.10. O reforço de controle do imóvel será feito nas áreas críticas, com execução feita da mesma maneira do que realizado na primeira aplicação.

3.3.11. A empresa **CONTRATADA** deverá fazer uma inspeção mensal nos Veículos, com objetivo de verificar sinais da permanência de pragas, e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da inspeção, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável do veículo inspecionado, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.3.12. Frequência dos serviços controle de sinantrópicos em veículo

ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA
Execução de controle de sinantrópicos em veículos	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal

3.4. As especificações dos itens estão definidas de forma clara, concisa e objetiva, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	CÓDIGO COMPRAS GOV	QTD. IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL (AxB)
1	1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel	2 vezes ao ano + reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	3417	252	3.024
	2	Execução de desratização de imóvel	3 vezes ao ano + reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)		252	3.024
	3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	4 vezes ao ano + reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)		89	1.068

3.5. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item do portal Compras.Gov mais semelhante ao descrito neste Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo portal Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

3.6. Demais descrições da solução como um todo encontra-se pormenorizada no ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade: A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

4.2. Indicação de marca ou modelo: As especificações contidas no presente termo de referência abrangem uma ampla quantidade de marcas aptas para o fornecimento.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço: A administração não aceitará marcas/produtos que não atendam a todas as especificações exigidas em edital.

4.4. Amostras: Não será exigida a apresentação de amostras.

4.5. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação.

4.6. Garantia da contratação:

4.6.1. A licitante deverá indicar em sua proposta a modalidade de garantia de execução do contrato escolhida entre as seguintes opções:

4.6.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.6.1.2. Seguro-garantia:

4.6.1.2.1. No caso de opção pela modalidade de seguro garantia, a licitante terá até 1 (mês), após a homologação e antes da assinatura do contrato, para apresentar garantia à CONTRATANTE.

4.6.1.2.2. O não cumprimento deste prazo equivale à recusa em assinar contrato, podendo ensejar penalidades à licitante além de autorizar a Administração, a seu critério, convocar remanescentes nos termos do §2º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

4.6.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4.6.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

4.6.2. A garantia mencionada no item anterior corresponderá ao montante equivalente a 05% (cinco por cento) do valor anual proposto.

4.7. Da contratação

4.7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.7.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.7.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.7.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.7.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.7.4. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.7.5. O Prazo para assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.7.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.7.7. A Minuta do contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.8. Da rescisão

4.8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega e/ou execução do serviço:

5.1.1. Produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos:

5.1.1.1. Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal.

5.1.1.2. Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos públicos e ser inócuo à saúde humana, e os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação.



5.1.1.3. Deverá ser realizada uma avaliação prévia para determinar as pragas a serem controladas, bem como o trabalho a ser realizado, os produtos a serem empregados e os métodos de aplicação a serem utilizados, levando em consideração os locais de aplicação bem como os usuários dos mesmos.

5.1.1.4. Profissionais (aplicadores) com cartão individual de identificação e habilitação, com capacitação, devidamente atestada pelo responsável técnico, para desempenhar a função de: armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfetantes domissanitários.

5.1.1.5. Transportar seus funcionários, equipamentos e insumos, de maneira adequada, até os locais de prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente as leis e códigos de trânsito, bem como atendendo todas as legislações e normas técnicas que assim o exigirem.

5.1.1.6. O equipamento de aplicação deverá ser adequado ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso.

5.1.1.7. Aplicar os produtos nas fossas, dutos de esgoto, caixas de passagem e de gordura.

5.1.1.8. Não será permitida a aplicação de produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, caixas d'água, provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores.

5.1.1.9. A contratada deverá identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares do **CONTRATANTE**.

5.1.1.10. A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI) adequados.

5.1.1.11. A aplicação de produtos deverá ser supervisionada e orientada pelo responsável técnico.

5.1.1.12. Possuir um encarregado de campo para assegurar que os serviços estarão sendo executados de forma correta, resguardando a integridade física dos que ali frequentam e certificando-se da manutenção dos locais.

5.1.1.13. Eventuais acompanhantes dos serviços de aplicação deverão utilizar EPI's fornecidos pela empresa controladora / **CONTRATADA**.

5.1.1.14. A empresa vencedora deverá possuir manual de procedimentos, visando o cumprimento das boas práticas operacionais e que contemple todas as etapas envolvidas no desenvolvimento desta atividade.

5.1.1.15. As embalagens vazias não poderão ser deixadas no local de aplicação, devendo retornar à empresa prestadora dos serviços para a adequada destinação final.

5.1.2. A empresa **CONTRATADA** deverá manter registro de qualquer ocorrência não prevista, acidentes que por ventura aconteçam durante o tratamento e as providências que foram adotadas.

5.1.3. Assumirá inteira e completa responsabilidade pela perfeita execução dos serviços objeto desta licitação, bem como tem perfeito conhecimento dos locais onde serão executados os serviços.

5.1.4. Responsabilizará por eventuais prejuízos causados a terceiros, inclusive à municipalidade, desde que por sua culpa, em decorrência da execução dos serviços contratados, sem qualquer responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

5.1.5. Refazer os serviços rejeitados, caso necessário, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação escrita, expedida pela Secretaria Requisitante, ficando seus pagamentos suspensos até a regularização dos respectivos serviços.

5.1.6. Caberá a Contratada a responsabilidade de contratar o pessoal necessário para a realização dos serviços, recolher os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do presente contrato.

5.1.7. A falta de profissionais, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste Contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante;

5.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações obriga-se a atender



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

prontamente;

5.1.10. Dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do fornecimento;

5.1.11. Indenizar terceiros e/ou a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.1.12. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

5.1.13. Deverá fazer uma **visita mensal nas unidades**, com objetivo de verificar sinais da permanência de pragas e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da visita, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável da unidade visitada, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

5.1.14. Fornecer um certificado ou comprovante de execução dos serviços.

5.1.15. Encaminhar relatório detalhado, devendo discriminar todos os serviços executados de maneira clara, bem como deverão estar assinados pelos responsáveis de cada local em que foram executados os serviços.

5.2. Os serviços devem ser executados nos endereços conforme tabela inserida no **“1º Apêndice do Anexo II – Endereços das Unidades”**.

5.2.1. Poderão ser incluídos e/ou substituídos os endereços, caso haja necessidade, por parte da Secretaria Requisitante.

5.3. Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da execução do serviço, e avaliarão as condições do serviço. Caso estas condições não sejam satisfatórias, o mesmo poderá ser recusado, devendo ser repostado em outra data a ser agendada, independentemente da aplicação das penalidades previstas.

5.4. O serviço executado deve ser entregue juntamente com a sua respectiva nota fiscal. A nota fiscal emitida deverá estar acompanhada de uma via do recibo citado, para conferência de cada setor e na mesma devem ser mencionados o número do empenho e o contrato correspondente.

5.5. É de responsabilidade da contratada verificar e conferir os locais e endereços dos serviços a serem executados, devendo arcar com quaisquer danos ocasionados.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO.

6.1. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21 art. 117 caput) e (Decreto 7.929/2023 Capítulo II, Seção IV) conforme segue abaixo:



6.7.1. Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.7.2. Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

6.7.3. Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.8. Sanções e infrações administrativas:

6.8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.8.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.8.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.8.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.8.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.8.2.1 Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.7.1.2 a 6.7.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.7.1.5 a 6.7.1.8.”, bem como nas alíneas “6.7.1.2. a 6.7.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.2.4 Multa:

6.8.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o preço da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

6.8.2.4.2 O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o preço total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços no caso de inexecução total do objeto;

6.8.2.4.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao preço do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse preço, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.8.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.8.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.8.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.8.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.8.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A empresa deverá fornecer uma Ordem de Serviço contendo as seguintes informações: descrição detalhada do serviço executado, produtos e materiais utilizados, recomendações técnicas e observações pertinentes. Esse documento será utilizado como base para a avaliação da qualidade da execução do serviço.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



7.2. Do recebimento

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a" da Lei 14.133/21).

7.2.2. O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1. O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

7.9. Prazo de pagamento:

7.9.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora no corpo da Nota Fiscal, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da documentação fiscal e entrega total do material, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária:

7.9.2. Atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante;

7.9.3. Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura.

7.9.4. Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese,

7.9.4.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo do IPCA – IBGE, calculado *pro rata die*.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Regime de Execução:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, CONTRATO PARCELADO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

8.2. Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

8.3. Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

8.3.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



8.3.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.5. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.3.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital e a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital e da Fazenda Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.2.10. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.3.3. Qualificação econômico-financeira:

8.3.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.3.4. Qualificação Técnico-Profissional

8.3.4.1. A EMPRESA, cadastrada ou não no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), deverá comprovar a sua qualificação técnica nos termos do artigo 17 da Lei Federal nº 6.938/1981 e do artigo 8º da Instrução Normativa nº 31-IBAMA, de 3 de dezembro de 2009, mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

8.3.4.2. Certificado de registro da empresa e do responsável técnico, devidamente registrados na entidade profissional competente, em pleno vigor;

8.3.4.3. Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária Municipal competente, compatível com o objeto da presente licitação;

8.3.4.4. Relação nominal dos produtos a serem fornecidos, acompanhada dos respectivos registros junto à ANVISA, bem como das fichas de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ);

8.3.4.5. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a sigla EAR (Exerce Atividade Remunerada), atestando a habilitação do condutor responsável pelo transporte de produtos perigosos em nome da empresa contratada. A comprovação do vínculo empregatício do condutor com a empresa deverá ser feita mediante contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo que comprove os requisitos legais e assuma responsabilidade técnica pela execução dos serviços;

8.3.4.6. Certificado de MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos), conforme previsto na Portaria nº 9, de 16 de setembro de 2000, da ANVISA, bem como a comprovação de vínculo trabalhista do motorista com a empresa contratada, na forma prevista no item 8.2.4.5;



8.3.4.7. Ademais, deverão ser rigorosamente observadas todas as normas de segurança, saúde, meio ambiente e demais regulamentações técnicas expedidas pelos órgãos competentes.

8.4. Qualificação Técnico-Operacional

8.4.1. A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, tanto profissional quanto técnico-operacional, justifica-se pela necessidade de assegurar que o futuro contratado possua experiência prévia comprovada e domínio técnico compatível com o objeto desta contratação.

8.4.2. Considerando a natureza dos serviços, sua dispersão territorial, o volume de unidades a serem atendidas e a necessidade de execução contínua e coordenada, é imprescindível garantir que a contratada detenha estrutura operacional e conhecimento específico suficiente para desempenhar as atividades de forma eficiente, segura e dentro dos padrões exigidos pela Administração.

8.4.3. Nos termos dos arts. 11, 63 e 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve adotar medidas que permitam selecionar fornecedores capazes de entregar resultados adequados, mitigando riscos e assegurando economicidade e eficiência. A comprovação de aptidão por meio de atestados de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, constitui instrumento legítimo para verificar a capacidade do licitante em operar serviços do mesmo porte e características técnicas do objeto ora pretendido.

8.4.5. A exigência de apresentação de atestados que comprovem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos locais previstos neste TR fundamenta-se na necessidade de demonstrar experiência efetiva em operações de escala semelhante, envolvendo gestão simultânea de equipes, logística operacional, suprimentos, controle de qualidade e atendimento em múltiplos pontos. Admite-se o somatório de atestados concomitantes, o que reforça a comprovação da capacidade operacional instalada, conforme boa prática de avaliação técnico-operacional.

8.4.6. Complementarmente, a exigência de qualificação técnica profissional visa assegurar que a empresa disponha de responsável(is) técnico(s) devidamente habilitado(s) e com experiência comprovada, garantindo que a execução seja conduzida com observância das normas técnicas, regulamentações aplicáveis e padrões de qualidade necessários ao correto desempenho contratual.

8.4.7. Da mesma forma, estabelece-se que os atestados apresentados estejam relacionados às atividades econômicas principais ou secundárias constantes do contrato social da empresa, assegurando pertinência entre o objeto social e o serviço a ser executado.

8.4.8. A adoção desses critérios não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida preventiva para evitar falhas na execução, paralisações, atrasos, custos adicionais, risco contratual e eventual necessidade de nova contratação. Assim, a quantificação mínima e a natureza dos atestados exigidos são proporcionais, adequadas e necessárias para garantir a contratação de fornecedor com capacidade comprovada, preservando o interesse público e a eficiência administrativa.

8.4.9. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.9.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.4.9.1.1. Atestado de contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de locais a serem executados os serviços;

8.4.9.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.4.9.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.10. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.4.11. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.12. Não será admitida a participação de consórcios de empresas, dada a natureza o objeto, por não se tratar de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende a diminuir a competitividade, desse modo não será adotada no presente processo.

8.13. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5 da Lei nº 12.690, de 2012.

8.14. Forma de adjudicação: Por Lote.

8.15. Critério de julgamento das propostas: Menor Preço.

9. ESTIMATIVAS DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço apresentado no orçamento estimado pela Prefeitura importa em **R\$ 1.053.127,56 (Um milhão, cinquenta e três mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).**

9.2. A planilha de custos foi definida de forma clara, concisa e objetiva, cujo preço global para aquisição total dos materiais foi estimado mediante a realização de pesquisa de mercado e estimado em planilha onde constam os preços unitários, médio e total de cada item que servirão de parâmetro para a realização do certame.

9.3. A metodologia empregada na pesquisa foi de consulta a fornecedores do ramo via internet, disponibilização de pesquisa de preços no site do Município e cadastro de fornecedores desta Prefeitura.

9.4. A quantidade estimada leva em consideração a quantidades de servidores que prestam serviços a essa municipalidade, consumos anteriores, ainda prevê quantidade para caso haja outras demandas, por um período de 12 meses, considerando também a substituição por desgastes.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos conforme relacionado abaixo:

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO	FONTE	APLICAÇÃO
SEASP	2378	04.02.00 / 06.181.8003.2367 / 3.3.90.39.78	1	1.100.000
SECTUR	3014	19.02.00 / 13.122.3003.2024 / 3.3.90.39.16	1	1.100.000
SEEL	2642	20.02.00 / 27.812.3001.2405 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000
SESAP	4974	10.07.00 / 10.122.1001.2377 / 3.3.90.39.16	1	3.100.000
SEAD	2398	05.02.00 / 04.122.7004.2103 / 3.3.90.39.78	1	1.100.000
SETRAN	6176	16.02.00 / 15.452.8001.2439 / 3.3.90.39.99	1	1.000.064
SEAI	2625	18.02.00 / 11.334.6005.2354 / 3.3.90.39.16	1	1.100.000
SEAS	2461	08.02.00 / 08.122.4001.2468 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000
SEDUC	7538	09.27.00 / 12.361.2003.2408 / 3.3.90.39.16	1	2.200.000
	7539	09.27.00 / 12.365.2003.2409 / 3.3.90.39.16	1	2.130.000
	3121	09.02.00 / 12.367.2001.2043 / 3.3.90.39.19	1	2.400.000
SESURB	2598	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

1º APÊNDICE DO ANEXO I – Quantidade estimada e valor médio dos orçamentos

SINANTRÓPICOS - QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES									
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SESURB		SEAD		SEAI	
				QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	10	120	7	84	1	12
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	10	120	7	84	1	12
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	0	0	0	0	0	0
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SEAS		SEASP		SECTUR	
				QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	37	444	6	72	14	168
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	37	444	6	72	14	168
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	0	0	0	0	0	0
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SEDUC		SEEL		SESAP	
				QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	83	996	32	384	59	708
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	83	996	32	384	59	708
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	49	588	0	0	10	120
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SETRAN		TOTAL GERAL			
				QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)	QUANTID ADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (B)	TOTAL FREQUEN CIA X TOTAL DE IMÓVEIS/ VEÍCULO S (A x B)		
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	3	36	252	3.024		
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	3	36	252	3.024		
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	30	360	89	1.068		

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA – CATSER 3417							
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	QUANTIDADE		VALOR ESTIMADO	
				QUANTIDADE IMÓVEIS / VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	UNITÁRIO	TOTAL
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	252	3.024	R\$ 158,50	R\$ 479.304,00
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	252	3.024	R\$ 168,50	R\$ 509.544,00
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	89	1.068	R\$ 83,50	R\$ 89.178,00
VALOR GLOBAL						R\$ 1.078.026,00	



2º APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

Requisitantes: Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Administração, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Trânsito.

1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Secretaria de Serviços Urbanos:

A Praia Grande é um dos destinos mais procurados no litoral paulista, considerada o quarto destino turístico mais procurado do Brasil, está sempre em constante desenvolvimento. Suas belezas naturais, opções de lazer e infraestrutura adequada, atrai em média 6.000 turistas e pessoas interessadas em fixar residência. Os 22,5 quilômetros de belas praias e orla urbanizada com ciclovias, quiosques, espaços kids, eventos esportivos e culturais de grande porte, exemplificam o interesse dos turistas em busca de diversão na Cidade. Tudo isso sem esquecer da população praia-grandense, sempre hospitaleira e receptiva. Na alta temporada, a população flutuante de Praia Grande aumenta até quatro vezes, ultrapassando em determinados momentos, como Natal, Ano Novo e Carnaval, a marca de mais de 1 milhão e meio de pessoas. Atualmente, de acordo com dados oficiais, 330 mil pessoas residem no Município.

O Município vem atravessando um processo de desenvolvimento em todas as áreas ao longo dos últimos anos. Por conta desse momento positivo, Praia Grande se transformou em sinônimo de qualidade de vida, tranquilidade e infraestrutura completa, se tornando a escolha de moradia para muitas famílias que querem fugir de toda a agitação da capital e de outras cidades. A Cidade tem trabalhado para resolver as demandas apresentadas buscando oferecer melhor estrutura e equipamentos para população.

A Secretaria de Serviços Urbanos tem como atribuição o planejamento e a execução serviços de manutenção de equipamentos públicos e vias urbanas do Município de Praia Grande. Dentre as ações realizadas pelo setor estão a limpeza da faixa de areia e calçamento, limpeza dos canais e valas a céu aberto, limpeza de equipamentos da rede de drenagem de águas pluviais como caixas de passagem e bocas de lobo, varrição das ruas, manutenção de praças, raspagem de areia da sarjeta, pintura de guias, retirada de materiais inservíveis como móveis e eletrodomésticos das vias, limpeza de terrenos públicos, entre outros. A SESURB é dividida em setores responsáveis pelos seguintes serviços: limpeza urbana região 1-2-3, manutenção de próprios, serviços gerais, manutenção de praças e áreas verdes, manutenção de drenagem, cemitério municipal, iluminação pública entre outros. A zeladoria de uma cidade envolve uma série de desafios e problemas que precisam ser abordados para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a funcionalidade do ambiente urbano. Aqui estão alguns dos principais problemas que a zeladoria urbana geralmente enfrenta:

- **Acúmulo de Lixo e Resíduos:** Gerenciar e eliminar resíduos sólidos urbanos de forma eficiente é crucial para manter a cidade limpa. Problemas incluem falta de coleta adequada, reciclagem insuficiente e acúmulo de lixo em áreas públicas.
 - A limpeza realizada pela Prefeitura de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos (Sesurb), na faixa de areia e calçamento durante o Réveillon 2023/2024 recolheu 1.367,88 toneladas de lixo. O trabalho foi iniciado na madrugada do dia 1º de janeiro, por volta das 2 horas, sendo retomado na tarde do mesmo dia. A ação da Sesurb contou com a presença de cerca de 650 funcionários, na primeira limpeza dos 22,5 km de orla da Cidade, que começou na madrugada e finalizou às 11h, foram retiradas 742,9 toneladas de lixo, resultado da festada virada. No reforço da limpeza, realizado a partir das 17h, mais 624,9 toneladas de resíduos foram retiradas da areia e do calçamento.
 - Durante o carnaval a quantidade de lixo retirado da praia na faixa de areia e calçamento dos dias 10, 11, 12, 13 e 14 de fevereiro de 2024 foram de 556,30 toneladas.
 - Fora da alta temporada a média de lixo retirado da praia na faixa de areia e calçamento é de 1.247 toneladas.
- **Manutenção de Áreas Verdes:** Parques, jardins e áreas verdes exigem cuidados regulares, incluindo poda de árvores, corte de grama e remoção de plantas invasivas. A falta de manutenção pode levar ao declínio estético e à perda de biodiversidade.
- **Conservação de Infraestrutura Urbana:** Calçadas, ruas, pontes e edifícios públicos precisam de reparos e manutenção contínuos para prevenir deterioração. Buracos, rachaduras e estruturas danificadas representam riscos para a segurança e a acessibilidade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- **Limpeza de Bueiros e Sistemas de Drenagem:** Bueiros e sistemas de drenagem entupidos podem causar alagamentos e problemas de escoamento, especialmente durante tempestades. A manutenção regular é essencial para evitar esses problemas.
- **Controle de Pragas e Vetores:** Infestações de pragas, como ratos, baratas e mosquitos, podem ser um problema significativo em áreas urbanas. Programas de controle e prevenção são necessários para minimizar o impacto na saúde pública.
- **Segurança Urbana:** A manutenção da segurança em áreas públicas inclui a iluminação adequada, a sinalização clara e a supervisão de espaços que possam se tornar pontos de crime ou vandalismo.
- **Gestão de Águas Pluviais:** O controle adequado das águas pluviais e a prevenção de enchentes exigem uma boa infraestrutura de drenagem e a manutenção de sistemas que evitam o acúmulo de água em ruas e áreas públicas.
- **Preservação do Patrimônio Histórico:** Muitos centros urbanos possuem edifícios e monumentos históricos que precisam de cuidados especiais para preservação e restauração, equilibrando o desenvolvimento moderno com a conservação do patrimônio cultural.

Esses problemas exigem uma abordagem integrada e colaborativa entre as autoridades municipais, os trabalhadores da zeladoria e a comunidade para garantir um ambiente urbano limpo, seguro e funcional. Registrou-se o interesse formal de 10 Secretarias no processo, abrangendo um total de 252 próprios municipais e 89 veículos vinculados. Visto a grande estrutura da Secretaria de Serviços Urbanos, e os diversos serviços apresentados fica claro a necessidade de contratação de serviços especializados no controle de Sinantrópicos. Os animais sinantrópicos são aqueles que vivem em estreita associação com os seres humanos e se adaptaram ao ambiente urbano ou doméstico, frequentemente aproveitando os recursos oferecidos pelas atividades humanas, como alimentos, abrigo e calor. Esses animais podem ser prejudiciais à saúde pública, à infraestrutura e ao bem-estar das pessoas. Alguns exemplos comuns de animais sinantrópicos incluem:

- **Roedores (Ratos e camundongos)**
 - Exemplos: Rato-de-esgoto (*Rattus norvegicus*), rato-preto (*Rattus rattus*), camundongo (*Mus musculus*).
 - Riscos: Podem transmitir doenças como leptospirose, hantavirose, salmonelose e tifo. Além disso, causam danos materiais ao roerem fios elétricos, móveis e estruturas.
- **Insetos**
 - Exemplos: Moscas, baratas, formigas, piolhos, pulgas, percevejos e mosquitos.
 - Riscos: Os mosquitos são transmissores de doenças como dengue, zika e chikungunya. As baratas e moscas podem contaminar alimentos e ambientes com bactérias, fungos e vírus, enquanto as pulgas podem transmitir doenças como a peste bubônica.
- **Pombos**
 - Riscos: Podem transmitir doenças como criptococose, histoplasmose e psitacose, além de serem portadores de parasitas como piolhos e ácaros. Suas fezes podem danificar estruturas e causar problemas de saúde devido ao acúmulo de esporos de fungos.
- **Formigas**
 - Riscos: Embora algumas espécies de formigas não sejam diretamente prejudiciais à saúde, outras, como as formigas-de-fogo, podem causar picadas dolorosas e alergias graves. Além disso, podem infetar alimentos e locais de trabalho, afetando a higiene.

Esses animais geralmente encontram abrigo em locais como ruas, calçadas, prédios públicos, casas, estações de transporte, mercados, veículos e outros ambientes urbanos. A convivência com sinantrópicos traz riscos significativos à saúde, por isso o controle e manejo adequado dessas populações são essenciais para garantir o bem-estar da comunidade

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informamos que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2026, em conformidade com detalhamento a seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Considerando que se trata de participação em Intenção de Contratação Parcelada, os requisitos da contratação obedecerão às regras estipuladas no Termo de Referência, de modo que somente haverá participação se os requisitos atenderem perfeitamente as necessidades da Unidade Requisitante. O objeto comum se trata de uma contratação mediante licitação, modalidade pregão, formato eletrônico. Da natureza continuada ou não dos serviços: **Sim os serviços são de natureza continuada.** Até o momento, temos realizado o controle de sinantrópicos em nossas instalações, o que resultou em uma redução significativa das infestações e melhora no ambiente. No entanto, como sabemos, o controle de sinantrópicos é um processo contínuo, e para garantir que o problema não se agrave novamente, é fundamental dar continuidade aos serviços com a finalidade de evitarmos uma nova infestação, que poderia gerar novos custos e riscos à saúde. Além disso, a manutenção do controle é a forma mais eficaz de prevenir que sinantrópicos se restabeleçam no ambiente. O contrato terá duração de 1 anos, desde que observadas as diretrizes do art. 106 da lei 14.333/2021 e podendo ser prorrogado respeitada a vigência máxima, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observadas as diretrizes do art. 107 da lei 14.333/2021. Com a finalidade de fomentar a prática sustentável, a contratada deverá adotar medidas que colaborem com a redução dos impactos ambientais. Os serviços de controle de sinantrópicos em imóveis, quando mal executados ou com o uso inadequado de produtos e técnicas, podem gerar diversos impactos ambientais. Esses impactos podem afetar a biodiversidade local, a saúde dos ecossistemas e até mesmo a qualidade de vida das pessoas. Contudo, com planejamento adequado e o uso de métodos sustentáveis, é possível minimizar esses efeitos.

JUSTIFICATIVA DEMAIS SECRETARIAS:

- SEAD: Faz-se necessário a Contratação do serviço, a fim de garantir a salubridade e a higiene das instalações, prevenindo a proliferação de pragas urbanas como insetos, roedores e outros vetores de doenças. A presença desses agentes pode comprometer a saúde dos funcionários e visitantes dos próprios municipais, além de causar danos estruturais e afetar a qualidade dos serviços prestados.
- SEAI: Manter a unidade livre de roedores e outros animais, preservar o local e a saúde dos servidores e munícipes
- SEAS: Justifica-se a aplicação como medida de zelo à saúde ocupacional dos servidores e da população atendida nas unidades desta pasta, com ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou a proliferação de pragas urbanas e vetores que comprometem a saúde de todos.
- SEASP: Considerando que a SEASP dispõe de unidades administrativas que funcionam em período de 24 horas e em expediente, conforme endereços abaixo, faz - se necessária a contratação do serviço em vistas a garantir o controle de pragas urbanas em ambientes controlados, utilizados por nossos servidores.
- SECTUR: A realização de desratização e controle de sinantrópicos nos locais como o Palácio das Artes, Portinho, Kartódromo, Espaço Kids, praças e a orla da praia é fundamental devido às características ambientais e ao grande fluxo de pessoas nesses espaços. 1. Proximidade com áreas de mata e risco de infestação: O Palácio das Artes, o Portinho e o Kartódromo estão localizados próximos a áreas de mata, que são habitats naturais para roedores e outros animais sinantrópicos. A vegetação densa e os terrenos não urbanizados favorecem a presença desses animais, que, ao buscar abrigo e alimento, podem se deslocar para as áreas urbanas, aumentando o risco de infestação. 2. Presença de turistas e consumo de alimentos: O Espaço Kids, as praças e a orla da praia, especialmente durante a alta temporada, recebem grande número de turistas e visitantes. O consumo de alimentos nesses locais, aliado ao descarte inadequado de resíduos, cria um ambiente propício para a atração de roedores, pombos e outros animais indesejáveis. Esses locais também são suscetíveis a infiltração de ratos, devido à grande quantidade de lixo orgânico gerado pelo público. 3. Riscos à saúde pública e ao ambiente: A presença de sinantrópicos, como roedores e insetos, pode acarretar sérios riscos à saúde pública, pois eles são transmissores de doenças como leptospirose, salmonelas, hantavírus, entre outras zoonoses. Além disso, a proliferação desses animais pode causar danos à infraestrutura local, como materiais de construção e equipamentos, comprometendo a segurança e a estética dos espaços. Dessa forma, a execução de um plano regular de desratização e controle de sinantrópicos é essencial para reduzir os riscos à saúde dos



frequentadores e preservar a qualidade dos ambientes, garantindo que esses espaços permaneçam seguros, limpos e agradáveis para a população local e para os turistas. A implementação dessas ações contribuirá para a proteção ambiental, a saúde pública e a manutenção do turismo de qualidade, evitando maiores problemas e prejuízos.

- SEDUC: JUSTIFICATIVA: A contratação do serviço se faz necessária para execução do mesmo nas Unidades de Educação. JUSTIFICATIVA CARROS: A contratação do serviço se faz necessária para evitar a proliferação de pragas urbanas, que podem causar doenças e alergias, danos estruturais e prejuízos financeiros
- SEEL: Para atender os diversos equipamentos esportivos da Secretaria de Esporte e Lazer.
- SESAP: O controle de animais sinantrópicos é importante para evitar a transmissão de doenças contaminação de animais e a contaminação de materiais existentes nas unidades de saúde
- SETRAN: Aplicação nas unidades da secretaria e nos veículos da frota, para o controle das pragas que podem causar doenças e problemas a saúde humana

Especificação técnica:

A especificação técnica determina os padrões técnicos mínimos, a serem obrigatoriamente respeitados durante a prestação de serviços de **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM IMÓVEIS E VEÍCULOS”**, utilizados pelos Próprios Municipais – Praia Grande e contratada pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande. O cumprimento do especificado será de responsabilidade e custeado diretamente pela Empresa reconhecida contratualmente como a executante do serviço, doravante simplesmente denominada como **“CONTRATADA”**, sendo o acompanhamento executivo realizado pelo(s) representante(s) indicado(s) pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande, doravante simplesmente denominado(s) por **“CONTRATANTE”**. Deverá a **CONTRATADA** ter o registro ou autorização para o funcionamento expedido pela autoridade sanitária competente, compatível com o objeto licitado e nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802 de 1989; artigo 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do decreto nº 4.074 de 2002; e artigos 5º e 6º da RDC nº 52/2009 – ANVISA, que aprova o regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, SIVISA (Sistema de Informação em Vigilância Sanitária), que é competente pela vigilância do município. A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de cadastro de empresas controladoras de pragas urbanas, devidamente deferidas pela Vigilância Sanitária Municipal do Município de Praia Grande, conforme a Portaria CVS nº 9 de 16 de novembro de 2.000. A **CONTRATADA**, cadastrada ou não no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), deverá comprovar ainda a qualificação técnica nos termos do artigo 17 da Lei Federal nº 6.938/81, e artigo 8º da IN nº31-IBAMA, de 3/12/2009, por meio de:

- Certificado de Registro da empresa e do responsável técnico na entidade profissional, em plena validade;
- Licença de funcionamento expedida pela Vigilância Municipal competente, compatível com o objeto licitado;
- Apresentar relação nominal dos produtos com os respectivos registros na ANVISA, bem como ficha técnica de segurança dos produtos (FISPQ);
- CNH remunerada que exerce atividade de transportes de produtos perigosos em nome do responsável com vínculo a empresa. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.
- Certificado de MOPP (movimentação e operação de produtos perigosos), de acordo com a portaria nº 9 de 16 de setembro de 2000, da ANVISA, no inciso 7.4 – O motorista deverá ter a capacidade especificamente para o transporte de produtos perigosos, conforme estabelece a legislação vigente do ministério dos transportes. O motorista deverá ter vínculo trabalhista com a empresa. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

A **CONTRATADA** terá o prazo de apresentação dos documentos de 05 dias úteis após o julgamento e a



classificação da proposta, (o prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que devidamente justificado e solicitado dentro do prazo inicialmente estabelecido). O acompanhamento dos serviços pelo Município não desobriga a contratada da responsabilidade que lhe cabe pela perfeita execução dos serviços, em observância às normas técnicas vigentes, incluindo a Lei Federal nº 12.305/2010, resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Municipal nº 1660/2013, em especial nos artigos 11º e 12º que tratam do cadastramento da empresa e dos certificados de transportes de resíduos – CTR e no artigo 17º que trata do plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC. Nas demais normas de segurança, saúde, meio ambiente e técnicas relacionadas aos serviços a serem prestados e ditados pelos órgãos competentes.

EXECUÇÃO DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM IMÓVEL: Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, formigas, pulgas, traças e aranhas, quilópodes e diplópodes;

Causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;

Considerar as características específicas de cada local: salas comuns, administração, recepção, arquivos, salas de reunião entre outros; a aplicação deverá ser feita de forma diferenciada e de acordo com a exigência do local e animal/inseto predominante, utilizando equipamentos em acordo com as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária;

Exterminar as colônias e impedir a formação e surgimento de novos insetos;

Não colocar em risco a saúde das pessoas que transitam nas instalações das unidades;

Nas áreas de circulação constante de pessoas, a atenção deverá se concentrar também no tipo de produto e forma de aplicação para evitar possível intoxicação ou intolerância por parte dos usuários;

Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças;

Não interferir na rotina do ambiente de funcionamento das Unidades;

Método:

- Na cozinha, despensa e almoxarifado: deverá ser aplicado gel, além da pulverização;
- Nas caixas de gordura, fossas, ralos, passagens de esgoto e telhado: deverá ser executada a pulverização e a termobulização.
- No quadro de força: método utilizado deverá ser aplicação de pó com polvilhadeira.

Permitir que o ambiente seja lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;

Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades;

A aplicação do produto deverá ser em toda a área interna dos prédios e na parte externa, ser aplicado no chão, nas paredes e pátio até atingir a extensão de dois metros ao redor dos mesmos. Dentre os objetivos desta contratação, os principais alvos são:

- **BARATAS:** Tratamento de bueiros, caixas de passagens, ralos (tratamento nas redes de esgoto e gordura) e todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação. O tratamento das áreas consideradas críticas e propensas à infestação de baratas deverão ser analisadas pela empresa que deverá apresentar o melhor sistema a ser empregado para eliminação dos insetos, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas. Utilizar produtos adequados como pulverizadores, gel, pó seco, armadilhas adesivas e outras necessárias, empregando a melhor técnica para eliminar todas as pragas existentes e valendo-se de técnicas de controle natural, quando for possível.
- **FORMIGAS:** Tratamento de bueiros, caixas de passagens, ralos (tratamento nas redes de esgoto e gordura) e todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de formigas domésticas. O tratamento das áreas consideradas críticas e propensas à infestação de baratas deverão ser analisadas pela empresa que deverá apresentar o melhor sistema a ser empregado para eliminação dos insetos, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas. Recomenda-se a aplicação de gel.
- **PULGAS:** todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de pulgas.
- **TRAÇAS:** Todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de traças.
- **ARANHAS:** Todas as áreas consideradas críticas e propensas a proliferação de aranhas.

O reforço de controle do imóvel será feito nas áreas críticas, com execução feita da mesma maneira do que realizado na primeira aplicação. A empresa **CONTRATADA** deverá fazer uma **visita mensal nas Unidades**, com objetivo de verificar sinais da permanência de pragas, e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da visita, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

da unidade visitada, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

FREQÜÊNCIA DOS SERVIÇOS DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM IMÓVEL:

ESPECIFICAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Controle de sinantrópicos em imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal

EXECUÇÃO DE DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEL

- Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;
- Eliminar e prevenir a proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde do público e funcionários em geral;
- Causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;
- Considerar as características específicas de cada local: salas comuns, administração, recepção, arquivos, salas de reunião entre outros; a aplicação deverá ser feita de forma diferenciada e de acordo com a exigência do local e animal/inseto predominante, utilizando equipamentos em acordo com as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária;
- Exterminar as colônias e impedir a formação e surgimento de novos ratos;
- Não colocar em risco a saúde das pessoas que transitam nas instalações das unidades;
- Nas áreas de circulação constante de pessoas, a atenção deverá se concentrar também no tipo de produto e forma de aplicação para evitar possível intoxicação ou intolerância por parte dos usuários;
- Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças;
- Não interferir na rotina do ambiente de funcionamento das Unidades;
- Permitir que o ambiente possa ser lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;
- Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades;
- A aplicação do produto deverá ser em toda a área interna dos prédios e na parte externa, ser aplicado no chão, nas paredes, nos telhados e pátio até atingir a extensão de dois metros ao redor dos mesmos.

Dentre os objetivos desta contratação, os principais alvos são:

- **ROEDORES:** Uso de Raticida pó de contato, com princípio ativo coumatetralil a 0,075%, hidrorrepelente, de ação anticoagulante, acondicionados adequadamente em porta isca parafinada resistente à umidade a base de difetialona 0,0025%, saches de 25gr, com aplicação em pontos críticos de forma a desenvolver um anel sanitário, retratado por uma barreira química preventiva de bloco parafinado de 20 gr a base de flocoumafen de 0,005%, visando impedir a infestação de roedores e/ou armadilhas adesivas ou outras necessárias, empregando a melhor técnica para eliminar os roedores e valendo-se de técnicas de controle natural, quando for possível, sempre utilizando produtos que NÃO provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas.

O reforço de controle do imóvel será feito nas áreas críticas, com execução feita da mesma maneira do que realizado na primeira aplicação. A empresa **CONTRATADA** deverá fazer uma **visita mensal nas unidades**, com objetivo de verificar sinais da permanência de roedores, e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da visita, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável da unidade visitada, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

FREQÜÊNCIA DOS SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO DE IMÓVEL:

ESPECIFICAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal

EXECUÇÃO DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM VEÍCULO:

- Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, formigas, pulgas, traças e aranhas, quilópodes e diplópodes;
- Causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- Exterminar as colônias e impedir a formação e surgimento de novos insetos;
- Não colocar em risco a saúde das pessoas que fazem uso do veículo;
- Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças;
- Não interferir na rotina de funcionamento do veículo;
- Permitir que o veículo possa ser lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;
- Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades;
- A aplicação do produto deverá ser em toda a área interna do veículo e na parte externa, ser aplicado nos paralamas, e assoalho do veículo.
- O reforço de controle do imóvel será feito nas áreas críticas, com execução feita da mesma maneira do que realizado na primeira aplicação.

A empresa **CONTRATADA** deverá fazer uma inspeção mensal nos Veículos, com objetivo de verificar sinais da permanência de pragas, e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da inspeção, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável do veículo inspecionado, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional.

FREQÜÊNCIA DOS SERVIÇOS CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM VEÍCULO:

ESPECIFICAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Execução de controle de sinantrópicos em veículos	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal

PRODUTOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS:

- Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal.
- Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos públicos e ser inócuo à saúde humana, e os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação.
- Deverá ser realizada uma avaliação prévia para determinar as pragas a serem controladas, bem como o trabalho a ser realizado, os produtos a serem empregados e os métodos de aplicação a serem utilizados, levando em consideração os locais de aplicação bem como os usuários dos mesmos.
- Profissionais (aplicadores) com cartão individual de identificação e habilitação, com capacitação, devidamente atestada pelo responsável técnico, para desempenhar a função de: armazenamento, manipulação, transporte e aplicação de desinfetantes domissanitários.
- Transportar seus funcionários, equipamentos e insumos, de maneira adequada, até os locais de prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente as leis e códigos de trânsito, bem como atendendo todas as legislações e normas técnicas que assim o exigirem.
- O equipamento de aplicação deverá ser adequado ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso.
- Aplicar os produtos nas fossas, dutos de esgoto, caixas de passagem e de gordura.
- Não será permitida a aplicação de produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, caixas d'água, provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores.
- A contratada deverá identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares do **CONTRATANTE**.
- A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI) adequados.
- A aplicação de produtos deverá ser supervisionada e orientada pelo responsável técnico.
- Possuir um encarregado de campo para assegurar que os serviços estarão sendo executados de forma correta, resguardando a integridade física dos que ali frequentam e certificando-se da manutenção dos locais.
- Eventuais acompanhantes dos serviços de aplicação deverão utilizar EPI's fornecidos pela empresa controladora / **CONTRATADA**.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- A empresa vencedora deverá possuir manual de procedimentos, visando o cumprimento das boas práticas operacionais e que contemple todas as etapas envolvidas no desenvolvimento desta atividade.
- As embalagens vazias não poderão ser deixadas no local de aplicação, devendo retornar à empresa prestadora dos serviços para a adequada destinação final.

A empresa **CONTRATADA** deverá manter registro de qualquer ocorrência não prevista, acidentes que por ventura aconteçam durante o tratamento e as providências que foram adotadas. Assumirá inteira e completa responsabilidade pela perfeita execução dos serviços objeto desta licitação, bem como tem perfeito conhecimento dos locais onde serão executados os serviços. Responsabilizará por eventuais prejuízos causados a terceiros, inclusive à municipalidade, desde que por sua culpa, em decorrência da execução dos serviços contratados, sem qualquer responsabilidade ao **CONTRATANTE**. Refazer os serviços rejeitados, caso necessário, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação escrita, expedida pela Secretaria Requisitante, ficando seus pagamentos suspensos até a regularização dos respectivos serviços. Caberá a Contratada a responsabilidade de contratar o pessoal necessário para a realização dos serviços, recolher os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do presente contrato. A falta de profissionais, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste Contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante;

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

Dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do fornecimento;

Indenizar terceiros e/ou a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93. Deverá fazer uma **visita mensal nas unidades**, com objetivo de verificar sinais da permanência de pragas e de que seu extermínio não foi completo, como resultado da visita, a contratada deverá apresentar um laudo, assinado pelo responsável da unidade visitada, informando a necessidade ou não da aplicação de reforço adicional. Fornecer um certificado ou comprovante de execução dos serviços. Encaminhar relatório detalhado, devendo discriminar todos os serviços executados de maneira clara, bem como deverão estar assinados pelos responsáveis de cada local em que foram executados os serviços.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, podendo a Contratada optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total da contratação. Na hipótese de acréscimo de valor contratual, a garantia deverá ser reforçada na mesma proporção, se necessário. Na hipótese de prorrogação de prazo contratual, o prazo de garantia deverá ser dilatado na mesma proporção.

Dados: Município da Estância Balneária de Praia Grande, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada na Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Vila Mirim – Praia Grande – SP. O Contrato e o Termo Referência oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação. Contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto:

- Processo 24010/2019 – Pregão: 078/2020, Vigência: 24/09/2021 prorrogação de 60 meses

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Considerando as informações consolidadas pelas 10 secretarias municipais, foi identificada a existência de 252 unidades de imóveis e 89 veículos pertencentes ao patrimônio público municipal. Tais dados foram

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

obtidos a partir das estimativas encaminhadas pelos próprios órgãos, com o objetivo de subsidiar a análise da real necessidade de contratação, conforme previsto no art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à caracterização da demanda e à verificação da disponibilidade dos bens públicos existentes.

Para fins de dimensionamento da contratação, considerou-se a periodicidade das ações, sendo previstas duas aplicações principais ao ano, acrescidas de dez intervenções para reforço e monitoramento ao longo de 12 meses. Essa frequência foi definida com base nas características operacionais dos bens públicos, nas condições ambientais locais e na necessidade de assegurar a efetividade contínua dos serviços propostos.

SINANTRÓPICOS - QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES									
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SESURB		SECRETARIAS SEAD		SEAI	
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	10	120	7	84	1	12
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	10	120	7	84	1	12
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	0	0	0	0	0	0

ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SEAS		SECRETARIAS SEASP		SECTUR	
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	37	444	6	72	14	168
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	37	444	6	72	14	168
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	0	0	0	0	0	0

ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SEDUC		SECRETARIAS SEEL		SESAP	
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	83	996	32	384	59	708
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	83	996	32	384	59	708
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	49	588	0	0	10	120

ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SETRAN		SECRETARIAS TOTAL GERAL			
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/VEÍCULOS (A x B)		
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	3	36	252	3.024		
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	3	36	252	3.024		
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	30	360	89	1.068		

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Trata-se de contratação de empresa especializada em serviços de controle de sinantrópicos em próprios municipais e veículos a disposição da municipalidade. A manutenção do controle de sinantrópicos é a forma mais eficaz de prevenir os mesmos se restabeleçam no ambiente. Foi verificado que são itens usuais



de mercado, sendo de ampla oferta. Foram analisadas as últimas contratações para o objeto, bem como contratações similares, inclusive de outros órgãos e entidades, mediante pesquisa em sites de Internet e outros documentos licitatórios com o objetivo de identificar e buscar as soluções no mercado nacional que melhor atendessem às necessidades e interesses do Município. Por se tratar de objeto comum, a licitação para sua aquisição na forma eletrônica é a solução mais viável para a Administração, levando em conta os princípios da economicidade, publicidade transparência e interesse público. O **controle de sinantrópicos** pode ser realizado por diversas soluções, cada uma com suas vantagens e desvantagens. Aqui estão algumas **soluções comuns**:

Solução 1. Uso de Pesticidas e Rodenticidas: O uso de produtos químicos, como pesticidas e rodenticidas, é uma abordagem tradicional no controle de sinantrópicos.

Vantagens:

- **Rápido e Eficaz:** É uma solução eficaz e de ação rápida para eliminar pragas, como roedores e insetos.
- **Ampla Aplicação:** Pode ser utilizado em diferentes tipos de ambientes (espaços públicos, hospitais, escolas, etc.).
- **Fácil Implementação:** Relativamente fácil de implementar e com disponibilidade de produtos no mercado.

Desvantagens:

- **Riscos à Saúde Humana e Ambiental:** O uso de pesticidas pode ser tóxico para seres humanos, animais domésticos e fauna local. Pode contaminar alimentos e água, além de afetar a biodiversidade.
- **Resistência das Pragas:** Roedores e insetos podem desenvolver resistência aos pesticidas e rodenticidas com o tempo, tornando os produtos menos eficazes.
- **Contaminação:** O uso inadequado pode levar à contaminação de ambientes e à morte de animais não-alvo, incluindo espécies benéficas.

Solução 2. Armadilhas e Iscas: Armadilhas (mecânicas ou elétricas) e iscas são frequentemente usadas para capturar ou matar roedores, insetos e outros animais sinantrópicos.

Vantagens:

- **Precisa e Localizada:** Permite o controle específico de áreas afetadas, sem impactar outros locais.
- **Baixo Custo:** Geralmente, as armadilhas e iscas têm um custo inicial baixo e podem ser reutilizadas.
- **Sem Produtos Químicos:** Em comparação com pesticidas, as armadilhas evitam o uso de substâncias químicas, tornando-se uma opção mais segura para ambientes fechados.

Desvantagens:

- **Necessidade de Monitoramento Frequente:** As armadilhas precisam ser verificadas regularmente para garantir sua eficácia, o que pode gerar custos com manutenção.
- **Morte de Animais Não-Alvo:** Pode capturar outros animais que não são o objetivo do controle (como insetos benéficos ou animais domésticos).
- **Não Resolve Infestações Grandes:** Em infestações massivas, as armadilhas podem não ser suficientes para controlar a população de sinantrópicos.

Solução 3. Educação e Conscientização: Campanhas educativas e treinamento de servidores públicos e cidadãos sobre boas práticas de higiene, descarte de lixo, eliminação de focos de água parada e outras medidas preventivas.

Vantagens:

- **Solução Sustentável:** Educação é uma abordagem de longo prazo que pode reduzir a proliferação de sinantrópicos ao ensinar a população a prevenir infestações.
- **Custos Baixos:** Campanhas de conscientização e treinamentos têm custos reduzidos em comparação com outras soluções de controle.
- **Engajamento da Comunidade:** A educação ajuda a envolver a comunidade no processo de controle, tornando a solução mais eficaz e abrangente.

Desvantagens:

- **Mudança de Comportamento Demorada:** Pode ser difícil mudar hábitos arraigados na população, o que pode retardar os efeitos da educação.
- **Necessidade de Sustentação:** Requer campanhas contínuas e reforço para manter a conscientização e evitar recaídas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Conclusão: O controle de sinantrópicos envolve uma série de abordagens que podem ser adaptadas de acordo com o tipo de animal, a gravidade da infestação e os recursos disponíveis. Cada solução tem **vantagens e desvantagens**, portanto, a execução desses serviços de controle de sinantrópicos é uma medida preventiva e necessária para garantir a saúde, a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida para os cidadãos e servidores que utilizam os próprios municipais e veículos públicos.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para a estimativa dessa contratação consultou-se contratações similares feitas por outros órgãos (onde não encontramos aquisição semelhante), sítios especializados e consulta pública no site do Município de Praia Grande. A pesquisa de mercado servirá de base para estimar o valor desta contratação. Tem-se que há uma boa quantidade de possíveis fornecedores, indicando pela competitividade natural do mercado, variável relevante na obtenção de preços adequados ante a contratação.

SINANTROPICOS - QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES									
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SESURB		SEAD		SEAI	
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	10	120	7	84	1	12
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	10	120	7	84	1	12
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	0	0	0	0	0	0
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SEAS		SEASP		SECTUR	
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	37	444	6	72	14	168
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	37	444	6	72	14	168
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	0	0	0	0	0	0
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS					
				SEDUC		SEEL		SESAP	
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	83	996	32	384	59	708
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	83	996	32	384	59	708
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	49	588	0	0	10	120
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	SECRETARIAS				ORÇAMENTO	
				SETRAN		TOTAL GERAL		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
				QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (B)	TOTAL FREQUÊNCIA X TOTAL DE IMÓVEIS/V EÍCULOS (A x B)		
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	3	36	252	3.024	158,50	479.304,00
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	3	36	252	3.024	168,50	509.544,00
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	30	360	89	1.068	83,50	89.178,00
VALOR TOTAL				R\$		1.078.026,00			

Memorial De Cálculo

O valor total estimado será de R\$ 1.078.026,00 de acordo com o cálculo abaixo:



$$V_{\text{total estimado}} = \text{Soma dos valores totais de cada item}$$

$$V = (A * B)$$

V_{total} = Valor total estimado da contratação (em Reais);

A = Quantidade total do item correspondente

B = Frequência 2 vezes ao ano + reforço e monitoramento mensal (total 12 meses)

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a contratação de uma empresa especializada no controle de sinantrópicos visa a gestão eficiente e sustentável de pragas urbanas em próprios municipais e veículos a disposição da municipalidade. Sinantrópicos são animais, como roedores, insetos e outros, que convivem de maneira indesejada em ambientes humanos, causando impactos negativos na saúde pública, infraestrutura e qualidade de vida. A contratação de uma empresa para o controle desses animais envolve várias etapas e práticas, que incluem:

- **Avaliação do Ambiente:**
 - Diagnóstico inicial: A empresa contratada realiza uma avaliação detalhada das instalações ou áreas a serem monitoradas, identificando os tipos de sinantrópicos presentes, os focos de infestação e as condições ambientais favoráveis ao surgimento desses animais.
 - Análise de risco: Levantamento de riscos potenciais para a saúde humana e impactos na estrutura local, como danos em construções e contaminação de alimentos.
- **Desenvolvimento de Plano de Ação:**
 - Definição de estratégias: A empresa define uma abordagem personalizada, que pode incluir métodos de controle físico, químico e biológico, visando a eliminação ou a redução da população de sinantrópicos.
 - Prevenção e controle contínuo: Além da erradicação imediata, o plano inclui ações preventivas para minimizar a proliferação futura, como vedação de acessos, eliminação de focos de alimentação e reprodução, entre outros.
- **Execução de Controle:**
 - Métodos de controle: Dependendo do tipo de sinantrópico, a empresa utiliza produtos específicos, como iscas, armadilhas, inseticidas, ou até soluções mais naturais, como o uso de predadores naturais e técnicas de exclusão.
 - Atuação em diferentes frentes: A empresa deve atuar de maneira coordenada e contínua, garantindo que o ambiente fique seguro a longo prazo.
- **Monitoramento e Acompanhamento:**
 - Monitoramento contínuo: Após a execução do controle inicial, a empresa realiza visitas periódicas para garantir a efetividade das ações e verificar se novos focos de infestação surgem.
 - Relatórios e feedback: A empresa fornece relatórios detalhados, com registros das ações realizadas, dados sobre a população de sinantrópicos e recomendações de melhorias contínuas.
- **Treinamento e Educação:**
 - Capacitação dos responsáveis: Oferecimento de treinamento para os colaboradores do contratante, de modo a garantir a continuidade das boas práticas de controle de sinantrópicos.
 - Educação sobre prevenção: Sensibilização para práticas de limpeza, armazenamento adequado e cuidados ambientais, minimizando as condições favoráveis à proliferação de pragas.
- **Sustentabilidade e Conformidade:**
 - Compromisso ambiental: Uso de métodos sustentáveis, minimizando impactos no ecossistema, e escolha de produtos que atendem às normas ambientais.
 - Conformidade com a legislação: A empresa deve seguir as normas de saúde pública e regulamentos específicos de controle de pragas, garantindo que o serviço seja executado de maneira legal e ética.
- **Benefícios Esperados:**
 - Saúde e segurança: Redução do risco de doenças transmitidas por sinantrópicos.
 - Proteção patrimonial: Evitar danos à infraestrutura e bens materiais.
 - Qualidade de vida: Proporcionar um ambiente mais saudável e livre de pragas.



A solução oferece uma abordagem completa, integrando diagnóstico, execução, monitoramento e educação, com foco na eficiência e na sustentabilidade no controle de sinantrópicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A licitação é um processo seletivo mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidade a todas as empresas que tem interesse em participar do certame. No caso propomos que a licitação seja julgada por MENOR PREÇO GLOBAL. Sendo a empresa vencedora responsável pela entrega da totalidade do quantitativo licitado, durante o prazo contratual, com entrega fracionada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, em tantas parcelas quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

A contratação de uma empresa para o controle de sinantrópicos por meio de licitação na modalidade **global** pode ser justificada com base em diversos fatores que buscam garantir a eficácia, eficiência e a transparência dos serviços, além de otimizar os recursos públicos e garantir o cumprimento das normas legais e ambientais. A seguir, apresento uma justificativa detalhada para a licitação de contratação de empresa para controle de sinantrópicos **por MENOR PREÇO GLOBAL**:

- **Economia de Escala:** A contratação global permite que o serviço seja executado de forma integrada e contínua, o que pode gerar uma economia de escala. Quando uma única empresa é contratada para fornecer serviços de controle de sinantrópicos em toda a área necessária (seja um município, um bairro ou um conjunto de imóveis), ela pode aproveitar a uniformidade do serviço, reduzir custos operacionais e negociar melhores preços de insumos, equipamentos e produtos.

Ao agrupar o controle de sinantrópicos em um único contrato, é possível reduzir os custos administrativos e operacionais. A empresa contratada terá um melhor planejamento de recursos e processos, o que resulta em menores custos e maior eficiência, aproveitando a mesma infraestrutura e recursos para atuar em diferentes locais simultaneamente.

- **Planejamento e Coordenação Centralizada:** Quando a contratação é feita de maneira global, é possível obter um planejamento e execução mais coordenados, pois a empresa contratada terá a responsabilidade por todas as fases do serviço, desde a avaliação até a execução e o monitoramento. Isso permite que a empresa utilize uma abordagem mais integrada para o controle de sinantrópicos, com uma gestão centralizada, o que pode aumentar a eficácia das intervenções.

A coordenação centralizada ajuda a evitar duplicidade de esforços, elimina o risco de desorganização na execução e assegura que o controle de sinantrópicos seja realizado de forma contínua e sem falhas. Além disso, facilita o acompanhamento da execução dos serviços, pois há um único responsável pela entrega.

- **Maior Responsabilidade da Empresa Contratada:** Na contratação global, a empresa assume a responsabilidade total pela execução do contrato, o que implica em garantir a eficácia do controle de sinantrópicos em todos os locais e áreas contratadas. A responsabilidade única facilita o monitoramento do cumprimento de prazos, qualidade e resultados, além de evitar problemas de fragmentação e de transferências de responsabilidade entre diferentes prestadores de serviços.

Quando o contrato é global, a empresa contratada tem um incentivo maior para garantir a eficácia dos serviços, pois a remuneração está vinculada ao sucesso geral do contrato. A empresa precisa gerenciar todos os aspectos do serviço para garantir que as metas e prazos sejam cumpridos, evitando a sobrecarga ou a falta de responsabilidade por parte de diferentes prestadores.

- **Simplificação da Gestão Contratual:** A contratação de uma empresa para controle de sinantrópicos em um contrato global reduz a **complexidade da gestão contratual**. Ao invés de gerenciar múltiplos contratos separados para diferentes áreas ou diferentes tipos de sinantrópicos, a administração pública tem apenas um contrato global a ser monitorado e fiscalizado. Isso facilita a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, além de diminuir o volume de documentos, controles e relatórios a serem acompanhados.

A simplificação da gestão contratual resulta em economia de tempo e recursos administrativos. A fiscalização se torna mais objetiva, pois há um único contrato, o que facilita a verificação de metas, execução dos serviços e cumprimento das obrigações. Além disso, reduz-se o risco de erros ou falhas na gestão de contratos múltiplos.



- **Uniformidade e Qualidade do Serviço:** A contratação global assegura que a qualidade do serviço seja uniforme em todas as áreas atendidas, pois a mesma empresa será responsável por realizar os serviços em diferentes pontos, garantindo que o controle de sinantrópicos siga as mesmas diretrizes e procedimentos estabelecidos no contrato. Isso garante que a aplicação de métodos, produtos e estratégias seja padronizada, resultando em um serviço mais eficiente e eficaz.

Com uma abordagem global, a empresa pode aplicar a mesma metodologia, utilizar os mesmos produtos e garantir o mesmo nível de qualidade em todas as áreas, o que aumenta a eficácia do controle de sinantrópicos. A padronização ajuda a evitar a dispersão de esforços e resultados, criando um ambiente mais seguro e controlado.

- **Apoio a Estratégias de Controle Integrado de Pragas (CIP):** A contratação global possibilita a adoção de estratégias de controle integrado de pragas (CIP) de maneira mais eficaz. Com uma única empresa responsável pela execução do serviço, ela pode aplicar um plano de controle mais eficiente, utilizando combinações de técnicas biológicas, mecânicas e químicas, de forma coordenada e integrada, de acordo com as necessidades específicas de cada área ou situação.

A aplicação de um controle integrado de pragas exige um planejamento estratégico e uma abordagem personalizada, que pode ser melhor gerida por uma única empresa responsável por todas as áreas. A integração dos métodos e a coordenação entre as diferentes ações de controle aumentam a eficiência, garantindo resultados duradouros e com menor impacto ambiental.

- **Atendimento a Exigências Legais e Normativas:** A contratação global também pode ser justificada para garantir a conformidade com as normas e regulamentações ambientais, de saúde pública e de segurança no trabalho. A administração pública poderá garantir que a empresa contratada tenha um único compromisso em relação ao cumprimento das exigências legais, sem dispersão de responsabilidades entre múltiplos contratados.

A centralização da responsabilidade em uma empresa facilita o controle e a verificação do cumprimento das normas legais e regulamentações aplicáveis. Isso inclui a utilização de métodos e produtos aprovados pelas autoridades competentes e a execução do serviço de forma sustentável e segura.

- **Melhor Planejamento de Recursos:** A contratação global permite um melhor planejamento de recursos pela empresa contratada, já que ela terá uma visão completa das necessidades e desafios do serviço em todas as áreas envolvidas. A empresa pode otimizar o uso de mão de obra, equipamentos e insumos, ajustando sua operação para garantir que o controle de sinantrópicos seja eficaz em toda a extensão do contrato.

O planejamento centralizado de recursos ajuda a evitar desperdícios e otimizar as operações, o que resulta em serviços mais rápidos, eficientes e de maior qualidade. A empresa pode aplicar soluções personalizadas para cada área, sem comprometer a eficiência operacional.

Conclusão: A licitação para a contratação de uma empresa para controle de sinantrópicos por valor global é justificada pela economia de escala, coordenação centralizada, responsabilidade única, simplificação da gestão contratual, uniformidade no serviço, garantia de conformidade legal e otimização de recursos. Esse modelo de contratação assegura que os serviços de controle de sinantrópicos sejam realizados de forma mais eficaz, com um melhor planejamento e execução, ao mesmo tempo que promove maior controle e transparência na gestão do contrato.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A futura contratação visa promover as condições adequadas de trabalho visando eficiência, eficácia, conforto, segurança, economicidade, sustentabilidade, além da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. A administração pública deve manter suas repartições com estoques abastecidos para a garantia de prestação de serviço seguro a todos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Após análise minuciosa, não identificamos nenhuma necessidade de serem adotadas providências específicas de adequação de infraestrutura, nem contratação de serviços adicionais.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES



Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica interdependência destes com quaisquer outros, no sentido de condicioná-los a sua plena efetivação, ou seja, vindo a adquiri-los, estarão plenamente aptos a atender ao interesse público demonstrado neste ETP.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Para minimizar esses impactos, é importante que a contratação e execução dos serviços de controle de sinantrópicos sejam realizadas de maneira planejada e sustentável, com a utilização de práticas ambientalmente responsáveis. Algumas das melhores práticas incluem:

- **Uso de Métodos Integrados de Controle de Pragas (MIP):** Combinação de métodos biológicos, mecânicos, culturais e químicos, priorizando soluções mais naturais e menos invasivas.
- **Escolha de Produtos Menos Tóxicos:** Preferência por produtos mais seguros, de baixo impacto ambiental, e que não causem efeitos adversos em organismos não-alvo.
- **Monitoramento e Controle Rigoroso:** Realização de avaliações constantes para garantir que os métodos aplicados são eficazes, sem prejudicar o meio ambiente.
- **Educação e Treinamento:** Capacitação para profissionais e moradores sobre o uso correto e seguro de produtos, promovendo a conscientização sobre os impactos ambientais e a importância da preservação.

Em resumo, embora o controle de sinantrópicos seja necessário em muitas situações para preservar a saúde pública e a infraestrutura, é essencial que esse processo seja realizado com responsabilidade ambiental para evitar danos aos ecossistemas e à saúde humana.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARAMOS SER VIÁVEL a contratação pretendida.

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO II – PLANILHA PROPOSTA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA - CATSER 3417							
ITEM	DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA (A)	UNID.	QUANTIDADE DE IMÓVEIS/ VEÍCULOS (B)	TOTAL FREQUENCIA X TOTAL DE ÍMOVEIS/ VEÍCULOS (A x B)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Execução de controle de sinantrópicos em imóvel.	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	252	3.024		
2	Execução de desratização de imóvel	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	252	3.024		
3	Execução de controle de sinantrópicos em veículo	2 vezes ao ano + Reforço e monitoramento mensal (frequência total 12x)	UNID.	89	1.068		
VALOR GLOBAL							

Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código CATMAT e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial, prevalecerá o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.

Praia Grande, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da empresa proponente
CNPJ:

Assinatura do representante legal Cargo:
Carteira de identidade nº:
CPF:

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

1º APÊNDICE DO ANEXO II – UNIDADES E ENDEREÇOS

IMÓVEIS - SESURB		
UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
SESURB	Av. Costa e Silva, 794	Boqueirão
Complexo de Regionais	Rua José Julio Batista, 25	Vila Antártica
Divisão de Cemitério	Av. Ministro Marcos Freire, 3377	Vila Antártica
Divisão de Manutenção de Vias	Rua Professora Heleny Rosa, 126	Jd Melvi
Divisão de Manutenção de Vias	Rua Professora Heleny Rosa, s/n (de frente ao número 126)	Jd Melvi
Divisão de Áreas Verdes	Rua Reinaldo dos Santos, 357 LE 27108	Jd Gloria
Divisão de Manutenção Predial	Rua Matilde Azevedo Setúbal, 1494	Vila Caiçara
Orquidário	Rua José Bonifácio, s/n	Sítio do Campo
Transbordo	Av. dos Trabalhadores, 2472 (Entrada 2)	Vila Sônia
Viveiro	R. Dr. Antonio Renato Gambini, 33	Vila Tupi

IMÓVEIS - SEAD		
UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
Paço Municipal	Av Pres. Kennedy, 9000	Mirim
Almoxarifado	Rua João de Souza, s/n	Mirim
Refeitório de Funcionários	Rua José Borges Neto s/n	Mirim
Arquivo Municipal	Av. Ministro Marcos Freire, 6650	Quietude
Gráfica Municipal	Rua Copacabana, 530	Guilhermina
Cartório 406º Zona Eleitoral	Av. Dr. Vicente de Carvalho, 220	Ocian
Poupatempo	Av. Ayrton Senna, 1151	Intermares

IMÓVEIS - SEAI		
UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
SEAI	Av. Ministro Marcos Freire, 6650	Quietude

IMÓVEIS - SEAS		
UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
Abrigo Solidário Eliane Malzoni	Avenida Ministro Marcos Freire, 6650	Quietude
CAFE Doutor Sérgio Mainente	Avenida Ana Pereira da França, 295	Esmeralda
CAFE Vila Sônia	Rua João Andrade de Jesus, 450	Vila Sônia
Casa de Estar Ferdiano Alves de Oliveira	Avenida Doutor Antonio Sylvio Cunha Bueno, 204	Melvi
Centro POP	Avenida Ministro Marcos Freire, 6670	Quietude
Centro Dia PcD - CMST Antonio Tavares de Santana	Rua João Andrade de Jesus, 60	Vila Sônia
Conselho Tutelar Norte	Rua Dair Borges, 463	Boqueirão
Conselho Tutelar Sul	Avenida Professora Heleny Rosa, 114	Melvi
Conviver Boqueirão – Nea Cordovil Borges	Avenida Presidente Castelo Branco, 1401	Boqueirão
Conviver Guilhermina	Rua Praia dos Sonhos, 245	Guilhermina
Conviver Luiz Paulo Navarro	Rua Maria Antunes Navarro, 1459	Caiçara
Conviver Lygia Pires Dell Osso	Avenida Presidente Kennedy, 20061	Solemar
Conviver Samambaia	Rua Itiberê da Cunha, 230	Samambaia
Conviver São Jorge	Rua João Batista de Siqueira, 130	São Jorge
CRAS Adulto Melvi	Avenida Professora Heleny Rosa, 114	Melvi

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

CRAS Canto do Forte	Rua Xixová, 1130	Canto do Forte
CRAS Esmeralda	Avenida Ana Pereira da França, 295	Esmeralda
CRAS Nova Mirim	Rua Lazurita, 289	Nova Mirim
CRAS Quietude	Avenida Ministro Marcos Freire, 6650	Quietude
CRAS Vila Sônia	Rua João Andrade de Jesus, 450	Vila Sônia
CREAS Prédio 01	Rua Emancipador Paulo Fefin, 701	Boqueirão
Espaço Conviver Tupi	Rua Xavantes, 51	Tupi
Família Acolhedora	Rua José Carlos de Oliveira, 130	Boqueirão
CREAS Prédio 02	Rua Emancipador Paulo Fefin, 701	Boqueirão
IASFA II	Rua João Batista de Siqueira, 130	São Jorge
IASFA III	Rua Thomé de Souza, 1313	Aviação
IASFA IV	Avenida Agostinho Ferreira, 211	Ribeirópolis
IASFA V	Rua Fabiana de Faria Andrade da Cruz, 36	Sítio do Campo
Lar São Francisco de Assis	Rua Joanna Imparato de Souza Ferreira, 151	Nova Mirim
PIC Melvi	Avenida Professora Heleny Rosa, 114	Melvi
PIC Quietude	Rua Milton Daniels, 425	Quietude
PIC REAL	Avenida Presidente Kennedy, 17483	Real
PIC Sítio do Campo	Rua José Bonifácio, 440	Sítio do Campo
PIC Vila Alice	Rua Renata Câmara Agondi, 50	Anhanguera
Residência Inclusiva	Rua Thomé de Souza, 1313	Aviação
SEAS – Secretaria de Assistência Social	Rua Emancipador Paulo Fefin, 775	Boqueirão
Vivência Ocian - Maria Fernanda Albuquerque	Avenida Presidente Castelo Branco, 7715	Ocian

IMÓVEIS - SEASP

UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
Base da Guarda Civil Municipal	Av. Ministro Marcos Freire, 6660	Quietude
Base GCM José Adriano	Rua Guimarães Rosa, 1069	Ocian
Base GCM Lindolfo de Oliveira - Canil Ambiental	Rua Paul Sérgio Garcia, 423	Sítio do Campo
Base GCM 03	Av. Pres. Kennedy, 19602	Solemar
Base GCM Parque da Cidade	Rua José Bonfácio s/n	Sítio do Campo
Defesa Civil	Rua Mario Daige, 711	Maracanã

IMÓVEIS - SECTUR

UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
Parque Ezio Dall Acqua - Portinho	R. Paulo Sérgio Garcia, s/n	Sítio do Campo
Kartodromo Municipal	R. José Bonifácio, s/n	Sítio do Campo
Palacio das Artes - PDA	Av. Pres. Costa e Silva, 1600	Boqueirão
Pavilhão de Eventos Jair Rodrigues	R. Savério Fittipaldi, s/nº	Quietude
Espaço Kids Forte	Av. Pres. Castelo Branco, 22403	Canto do Forte
Espaço Kids Guilhermina	Av. Pres. Castelo Branco, s/n (altura da Rua João Sampaio)	Guilhermina
Espaço Kids Aviação	Av. Pres. Castelo Branco, s/n (próximo à Rua Bartolomeu Dias)	Aviação
Espaço Kids Tupi	Av. Pres. Castelo Branco - s/n (Próximo à Rua Uirapuru)	Vila Tupi
Espaço Kids Ocian	Av. Pres. Castelo Branco - s/n (próximo R. Afonso Chaves)	Ocian
Espaço Kids Caiçara	Av. Pres. Castelo Branco, 13690	Vila Caiçara

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Praça Portugal	Praça Portugal - s/n	Guilhermina
Praça Roberto Andraus	Praça Dr. Roberto Andraus, 22	Ocian
Praça Nossa Sra. De Fatima	Av. Nossa Sra. de Fátima, 346	Vila Caiçara
Praça Carlos Gomes - Solemar	Av. Pres. Kennedy, 19670	Solemar

IMÓVEIS - SEDUC

UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. Anahy Navarro Trovão	Rua Limeira, n.º 69	Boqueirão
E.M. Sérgio Vieira de Mello	Rua Paulino Boreli, n.º 921	Maracanã
E.M. 19 de janeiro	Rua Flavio Monteiro de Castro, n.º 500	Ribeirópolis
E.M. Albert Einsten	Av. Lasar Segall	Samambaia
E.M. Antonio Peres Ferreira	Rua João Roberto Correa, n.º 1077	Vila Sônia
E.M. Antonio Rubens Costa de Lara	Rua Ana Pereira de França, n.º 249	Trevo
E.M. Ary Cabral	Rua Rui Manoel S. Pereira, nº 546	Quietude
E.M. Carlos Eduardo Conte de Castro	Rua Ildefonso Galeano, n.º 126	Tupiry
E.M. Carlos Roberto Dias	Rua Duque de Caxias, n.º 999	Boqueirão
E.M. Cidade da Criança	Rua Adriano Dias dos Santos, n.º 200	Cid. da Criança
E.M. Domingos Soares de Oliveira	Rua Esmeraldo Tarquinio de Campos Filho, n.º 501	Ribeirópolis
E.M. Dr. Roberto Shoji	Rua Ildefonso Galenao, n.º 100	Tupiry
E.M. Dr. Wilson Guedes	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, n.º 195	Samambaia
E.M. Drª Ana Maria B. B. Fernandes	Av. Pres. Kennedy, n.º 17.100	Real
E.M. Eduardo Gonsalves do Barreiro	Av. Milena Petrutich, n.º 1078	Melvi
E.M. Fausto dos Santos Amaral	Rua Marcílio Dias, n.º 250	Canto do Forte
E.M. Fued Temer	Rua Leme, 27	Guilhermina
E.M. Governador Franco Montoro	Rua Paulino Boreli, n.º 1.000	Maracanã
E.M. Governador Mário Covas	Av. Julio Prestes de Albuquerque, n.º 1.000	Nova Mirim
E.M. Governador Orestes Quércia	Fundamental Mirim	Vila Mirim
E.M. Hilda de Carvalho Guedes	Rua das Rosendas, n.º 161	Samambaia
E.M. João Gonçalves	Rua Frei Henrique de Coimbra, n.º 02	Aviação
E.M. Joaquim Augusto Ferreira Mourão	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, n.º 100	Melvi
E.M. José Júlio Martins Baptista	Rua Comendador Luiz Caiaffa, n.º 98	Sítio do Campo
E.M. José Padin Mouta	Rua Bororós, n.º 150	Tupi
E.M. Lions Clube Ocian	Rua Teofila Vanderlinde, n.º 933	Ocian
E.M. Mahatma Gandhi	Rua Dr. Antonio Silvio Cunha Bueno, s/nº	Melvi
E.M. Mário Possani	Rua Dr. Samuel Augusto Leão de Moura, n.º 451	Caiçara
E.M. Paulo Shigueo Yamauti	Rua Oscar de Meneses Barbosa, 151	Anhanguera
E.M. Prof.ª Elza Oliveira de Carvalho	Rua C, n.º 1.039	Glória
E.M. Prof.ª Isabel Figueroa Bréfere	Rua João Ramalho, n.º 1.250	Aviação
E.M. Profº Maria de Lourdes Santos	Rua Darcy Sarmanha Vargas, s/n	Ocian
E.M. Profª Maria Clotilde Lopes C.Rigo	Rua 10, n.º 141	Esmeralda
E.M. Profª Maria Nilza da Silva Romão	Rua do Maçom, n.º 100	Vila Sônia

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

E.M. Visconde de Mauá	Av. Oliveira Lima, n.º 972	Ribeirópolis
E.M. Roberto Mário Santini	Rua Quito, n.º 81	Guilhermina
E.M. Ronaldo Sérgio A. Lameira Ramos	Rua Maria Luiza Lavalley, n.º 250	Sítio do Campo
E.M. São Francisco de Assis	Rua Cornélio Procópio, n.º 300	Boqueirão
E.M. Sebastião Tavares de Oliveira	Rua Savério Fittipaldi, n.º 50	Quietude
E.M. Sonia Marise Domingues	Rua G, n.º 1051	Vila Sônia
E.M. Thereza Magri	Rua Leonora Cembroli Martins, n.º 280	Antártica
E.M. Vereador Felipe Avelino Moraes	Rua Dino Toginni, s/n	Vila Caiçara
E.M. Vereador Valter Salerno	Rua Dom Pedro II, s/n.º	Ocian
E.M. Vila Mirim	Rua 23 de Outubro, n.º 116	Mirim
SEDUC	Rua José Borges Neto, n.º 50	Vila Mirim
Galpão Garagem SEDUC	Rua Fernando Di Estefano, n.º 160	Jardim Quietude
Porto do Aprendiz	Rua Jau, 1.158	Boqueirão
Porto do Saber Samambaia	Rua das Rosendas	Samambaia
Escola de Educação Ambiental	Rua Paulo Sérgio Garcia, n.º 611	Sítio do Campo
E.M. Arq. Oscar Niemeyer	R. Odair Penellas Balta, 231	Jd Princesa
E.M. Circe Sanchez Toschi	Rua Mem de Sá, 01	Aviação
E.M. Dorivaldo Francisco Loria	Rua Maria Luiza Lavalley, n.º 150	Sítio do Campo
E.M. Eng.º Sérgio Dias de Freitas	Rua Turmalina, n.º 25	Cid. da Criança
E.M. Estado do Amazonas	Av. Maria Cavalcanti da Silva, n.º 431	Samambaia
E.M. Estina Campi Baptista	Rua Xixová, n.º 1.100	Canto do Forte
E.M. Florivaldo Borges de Queiroz	Rua Monteiro Lobato	Ocian
E.M. Gregorio França de Siqueira	Rua Vitor Meireles com Antonio Maria	Pq das Américas
E.M. Ícaro Batista Cardoso	Rua Pernambuco, n.º. 865	Boqueirão
E.M. Idalina da Conceição Pereira	Rua João Roberto Correa, n.º 1171	Vila Sônia
E.M. Idílio Perticaratti	Rua Luzia Borba Ranciaro, n.º 246	Antártica
E.M. João Batista Resine Alves	Rua Paulo Setubal, n.º 80	Esmeralda
E.M. José Crego Paineira	Av. Presidente Kennedy, n.º 13.499	Caiçara
E.M. José Ribeiro dos Santos Cunha	Rua A, n.º 331	Glória
E.M. Juliana Arias Rodrigues de Oliveira	Rua Ildefonso Galeano, n.º 150	Tupiry
E.M. Layde Rodrigues Reis Loria	Rua Gaspar de Lemos, n.º 100	Aviação
E.M. Leopoldo Estásio Vanderlinde	Av. Julio Prestes de Albuquerque, n.º 887	Nova Mirim
E.M. Luzia Borba Ranciaro	Rua Engenheiro Antonio Lotuffo, n.º 839	Sítio do Campo
E.M. Maestro Luis Arruda Paes	Rua 04, n.º 921	Nova Mirim
E.M. Manoel Nascimento Junior	Rua Cornélio Procópio, n.º 191	Boqueirão
E.M. Maria dos Remédios Carmona Milan	Rua Manoel Gonzales Corujo, n.º 57	Melvi
E.M. Natale de Lucca	Rua Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, n.º 476	Quietude
E.M. Newton de Almeida Castro	Av. Antonio Cândido da Silva, n.º 450	Vila Sônia
E.M. Nicolau Paal	Rua Alfredo D' Scragnoille Taunay, n.º 41	Ribeirópolis
E.M. Ophélia Caccetari dos Reis	Rua Josefa Alves de Siqueira, n.º 552	Anhanguera
E.M. Oswaldo Justo	Rua 1º de Janeiro, n.º 987	Mirim
E.M. Pablo Trevisan Perutich	Rua Alfredo Niederbichler, n.º 243	Anhanguera

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

E.M. Paulo de Souza Sandoval	Rua 10, n.º 91	Esmeralda
E.M. Prof.ª Esmeralda dos Santos Novaes	Rua Savério Fittipaldi, n.º 100	Quietude
E.M. República de Portugal	Av. Fumio Myiazi, n.º 599	Guilhermina
E.M. Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso	Rua Maria Borella Conte	Maracanã
E.M. Vereadora Isaura Campos Garcia	Rua Teodósio de Augustinis, s/n	Sítio do Campo
E.M. Vila Tupiry	Rua Itamaracás, n.º 70	Tupi
E.M. Roberto Francisco dos Santos	Av. Oliveira Lima, n.º 972	Ribeirópolis

VEÍCULOS - SEDUC

VEÍCULO	PREFIXO	PLACA
MICRO-ÔNIBUS VW MASCARELLO GRANMINI	C-08	DJM-7I80
ÔNIBUS VW MARCOPOLLO SENIOR MIDI	C-10	GAA-1D16
ÔNIBUS VW MARCOPOLLO SENIOR MIDI	C-84	GAA-4F71
ÔNIBUS VW MARCOPOLLO SENIOR MIDI	C-85	GAA-6A37
MICRO-ÔNIBUS MB CAIO LO 916.ORE	C-102	FVG-8H61
MICRO-ÔNIBUS MB CAIO LO 916.ORE	C-131	EKU-3E85
Toyota Corolla XEI 2.0	C-1106	GCC-4J21
L-200 Triton SPO GL	C-1107	GHA-4H85
L-200 Triton SPO GL (Manutenção)	C-1108	FJQ-8C64
CHEVROLET ONIX 1.0 LT1	C-1124	FWH-6H73
CHEVROLET ONIX 1.0 LT1	C-1125	GHY-2G63
CHEVROLET ONIX 1.0 LT1	C-1126	EOJ-8F31
CHEVROLET ONIX 1.0 LT2	C-1128	GIW-3I05
CHEVROLET ONIX 1.0 LT2	C-1129	FQD-5G94
CHEVROLET ONIX 1.0 LT2	C-1130	FVG-2C43
CHEVROLET ONIX 1.0 LT2	C-1131	EUM-9E92
CHEVROLET ONIX 1.0 LT2	C-1132	CKN-1A41
CHEVROLET ONIX 1.0 LT2	C-1133	CFD-5A26
VW SAVEIRO 1.6	C-877	EHE-0C26
IVECO / TECTOR 9-190	CH-1109	BYQ-9E83
IVECO / TECTOR 150E21	CH-1110	BVK-3B42
IVECO / TECTOR 150E21	CH-1111	EDO-4G36
CAMINHÃO FORD F- 12.000	CH-562	BNZ-7A64
CAMINHÃO FORD F- 4.000	CH-564	BNZ-7A65
CAMINHÃO FORD CARGO C2422	CH-807	DMN-1F24
MICRO-ÔNIBUS MB CAIO ATILIS	O-1151	DJM-1A75
MICRO-ÔNIBUS MB MASCARELLO GRANMICRO	O-1003	BKB-1I41
MICRO-ÔNIBUS MB MASCARELLO GRANMICRO	O-1004	BOT-3B67
ÔNIBUS MB MASCARELLO GRANMIDI	O-1005	BIT-4E57
ÔNIBUS MB MASCARELLO GRANMIDI	O-1006	BYI-9J62

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ÔNIBUS MB MASCA ROMA M4	O-1030	BJK-9I36
MICROÔNIBUS MB 416 RR MO SPRINTER	O-1122	DEI-6G52
MICROÔNIBUS MB 416 RR MO SPRINTER	O-1123	GAI-5C24
MICROÔNIBUS MB 416 RR MO SPRINTER	O-1127	GAI-1A76
MICRO-ÔNIBUS MB COMIL PIÁ	O-810	DMN-4F96
MICRO-ÔNIBUS MB COMIL PIÁ	O-811	DMN-4G15
MICRO-ÔNIBUS MB COMIL PIÁ	O-812	DMN-4G21
MICRO-ÔNIBUS MB COMIL PIÁ	O-813	DMN-4G27
MICRO-ÔNIBUS MB COMIL PIÁ	O-814	DMN-4G33
ÔNIBUS MB COMIL SVELTO	O-825	DMN-4G31
MICRO-ÔNIBUS MB SPRINTER 313 CDI	O-853	EHE-0B83
ÔNIBUS MB MASCA ROMA 350R	O-879	EHE-0B94
ÔNIBUS MB MASCA ROMA 350R	O-880	EHE-0C28
MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE V8L	O-919	EOB-0G53
MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE V8L	O-920	EOB-0G56
ÔNIBUS MB CAIO APACHE VIP-SC IV	O-948	FOR-5G98
ÔNIBUS MB CAIO APACHE VIP-SC IV	O-949	FZL-8D38
ÔNIBUS MB MASCARELLO GRANMIDI	O-998	FIW-3A52
ÔNIBUS MB MASCARELLO GRANMIDI	O-999	GIL-3H04

IMÓVEIS - SEEL

UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
GINÁSIO CANTO DO FORTE	Av. Rio Branco, 572	Canto do Forte
GINÁSIO MIRINS III	R.: Mal. José Cardoso, 135	Canto do Forte
GINÁSIO FALCÃO	Av. Pres. Kennedy, 8169	Vila Mirim
GINÁSIO RODRIGÃO	Av. Pres. Kennedy, 5530	Vila Tupi
GINÁSIO MÁGIC PAULA	Av. dos Trabalhadores, 4111	Vila Antártica
GINÁSIO SAMAMBAIA	Av. Maria Cavalcante da Silva, 10	Samambaia
GINÁSIO CAIÇARA	R.: João Piedade, 330	Vila Caiçara
GINÁSIO SÍTIO DO CAMPO - COMPLEXO EXPORTIVO CESÁRIO REIS DE LIMA	R.: Maria Luisa Lavalle, 180	Sítio do Campo
GINÁSIO SEEL	R.: João Balbino Correia, s/n	Vila Tupiry
PISCINA VILA MIRIM	R.: Gilberto Fouad Beck, 100	Vila Mirim
PROJETO NAVEGA SÃO PAULO	R.: Paulo Sérgio Garcia, 425	Sítio do Campo
POLO DE ATIVIDADES DE PRAIA - OCIAN	Av.Castelo Branco, s/n	Ocian
POLO DE ATIVIDADES DE PRAIA - FORTE	Av.Castelo Branco, s/n	Canto do Forte
PISTA DE ATLETISMO LEOPOLDO E. VANDERLINDE	R.: José Bonifácio	Sítio do Campo
CENTRO DE EXCELÊNCIA DE JUDÔ	R.: Arari, s/n	Vila Tupi
COMPO DE FUTEBOL AC PRAIA GRANDE	Av. Irmãos Adornos, s/n	Sítio do Campo

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

CAMPO DE FUTEBOL DO TREZE DE MAIO	R.: Amauzide Gama, s/n	Sítio do Campo
CAMPO DE FUTEBOL DO MAGIC PAULA	R.: Maria Correia, 480	Vila Antártica
CAMPO DE FUTEBOL GALO DE OURO	Av. São Jorge, s/n	Nova Mirim
CAMPO DE FUTEBOL DO REAL	R.: Antônio Luiz Prates Maia, s/n	Jardim Real
GINÁSIO ALOHA - NÚCLEO DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL	R.: Zenji Sasaki, s/n	Jardim Aloha
CIE - CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE	Av. Dr. Esmeraldo Tarquínio Campos Filho, s/n	Esmeralda
PORTINHO (CAMPOS, QUADRAS, VELAS E CANOAGEM)	R.: Paulo Sérgio Garcia, 425	Sítio do Campo
ACADEMIA DA PISTA DE ATLETISMO	R.: José Bonifácio, s/n	Sítio do Campo
QUADRA DE MALHA E BOCHA	R.: José Bonifácio, s/n	Sítio do Campo
CAMPO DE FUTEBOL DO BOTAFOGO	Av. do Trabalhador, s/n	Vila Antártica
CAMPO DE FUTEBOL DO PALMEIRAS	R. João Batista de Siqueira, s/n	Vila Antártica
CAMPO DE FUTEBOL DO UNIDOS	R. Ariovaldo Augusto de Oliveira, 26466	Vila Tupiry
CAMPO DE FUTEBOL DO MELVI	R.: Milton de Oliveira, s/n	Jardim Melvi
ESCOLA DE ESPORTES RADICAIS - ALEX ORELHINHA	Av.Castelo Branco, s/n	Canto do Forte
ESCOLA DE ESPORTES RADICAIS - OCIAN	Rua Maria Luiza Lavalley, s/n	Sítio do Campo
POLO PRAIA ACESSÍVEL	Av.Castelo Branco, s/n	Boqueirão

IMÓVEIS - SESAP

UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
CEMAS - Centro Oftalmológico	Rua Thomé de Souza,1.313	Aviação
CRATH	Av. Presidente Kennedy, 16616	Jd Real
CAPS II - Boqueirão SAE/CTAP	R. Cidade de Santos,89	Boqueirão
CAPS II - Mirim	R. Guilherme Penteado de Campo, 390	Nova Mirim
CAPS i	R. São Bernardo, 401	Boqueirão
CAPS AD	R. São Caetano,400	Boqueirão
CER	Av. Roberto de Almeida Vinhas, 8899	Vila Mirim
CEO	Rua Osmar Antonioli	Antonioli,1289
CEAS Mulher	R. São José, 700	Caiçara
UPA Quietude	Av. Ministro Marcos Freire, 6730	Jd. Quietude
Residencia Terapeutica	Rua Copacabana, 743	Guilhermina
Secretaria de Saúde Pública	Av. Presidente Kennedy, 8850	Vila Mirim
USAFA Aviação	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929	Aviação
USAFA Boqueirão	Av. Presidente Kennedy, 918	Boqueirão
USAFA Mirim I	Av. dos Sindicatos, 635	Mirim
USAFA Tupi	R. Meinacós, 95	Tupi
USAFA Aloha	R. Zenji Sasaki, 269	Nova Mirim
USAFA Anhanguera	R. Josefa Alves de Siqueira, 649	Anhanguera
USAFA Antártica	Av. dos Trabalhadores, 3801	Antártica III Gleba
USAFA Caiçara	R. Mathilde de Azevedo Setubal, 630	Caiçara

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

USAFA Esmeralda I	R. Raquel de Queiroz, 330	Jd.Esmeralda
USAFA Rio Branco	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501	Jd.Esmeralda
USAFA Forte	Av. Rio Branco, 562	Forte
USAFA Guamará	Av. dos Trabalhadores, 1717	Glória
USAFA Maracanã	R. Cezar Rodrigues Reis, 850	Maracanã
USAFA Melvi	R. João Caetano, 101	Melvi
USAFA Melvi II	Rua Frei Santa Rita Durão, esquina com Av.Milena Perutich	Melvi
USAFA Mirim II	R. Guilherme Penteado de Campos, 400	Nova Mirim
USAFA Ocian	R. José Jorge, 521	Faixa anex VI Alzira
USAFA Quietude	R. Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, 500	Quietude
USAFA Real	R. das Begônias, 453	Jd.Real
USAFA Ribeirópolis	R. Esmeraldo Tarquínio, 471	Ribeirópolis
USAFA Santa Marina	R. Particular, 598	Jd. Anhanguera
USAFA Samambaia	Av. das Araucárias, 181	Samambaia
USAFA São Jorge	Av. dos Trabalhadores, 4242	Antártica
USAFA Solemar	Av. Presidente Kennedy, 19726	Solemar
USAFA Tude Bastos	R. Maria Luiza Lavalle, 68	Sítio do Campo
USAFA Vila Sônia	R. Antônio Cândido da Silva, 1075	Vila Sônia
USAFA VI Alice	R. Renata Câmara Agondi, 46	Anhanguera
USAFA VI Tupiry	R. Idelfonso Galeano, 368	Tupiry
USAFA Princesa	R. Vergílio Gabriel de Siqueira, 20	Jd. Princesa
Saúde Ambiental	R. Ali Hussein Daychoum, 10376	Vila Sônia
USAFA Noemia	Av. Presidente Kennedy, 4960	Tupi
USAFA Guilhermina	Av. Presidente Kennedy, 2100	Guilhermina
SAMU - Samambaia	Av. dos Corretores de Imóveis, s/n	Samambaia
SAMU - Aviação	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929	Aviação
SAMU - Quietude	Av. Ministro Marcos Freire, 6730	Jd. Quietude
SAMU - Maracanã	R. Mário Daige, 836	Maracanã
Academia Maracanã	Av. Cesár Rodrigues Reis, 820	Maracanã
Academia Aloha	R. Walter Feliciano, 186	Nova Mirim
Academia Antartica	R. Samuel Aun Weor, 501	Antártica III Gleba
Academia Esmeralda II	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501	Jd.Esmeralda
Academia Santa Marina	R. Particular, 650	Jd Anhanguera
Academia Melvi	R. Leopoldo Augusto Miguez,702	Jd.Melvi
Academia Samambaia	Av. "C", 176	Samambaia
Academia São Jorge	Av. João Batista de Siqueira, 51	Antártica
Academia Ocian	Rua José Jorge, 521	Ocian
Academia Mirim	Rua Nossa Senhora da Conceição/Av. Santo Antonio de Pádua	Mirim
Academia Real	Rua Lilas/Praça Luiz Antonio Prates Maia	Jd Real

VEÍCULOS - SESAP

PREFIXO	PLACA
O 1016	BQU 9270
C 1120	BVT2J97
C 1121	FOU5B07
C 91	GDV4G35

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

C 92	FZV9E33
C 93	FOJ9C43
L 10244	SVT5A21
L 10245	STW6I13
CH 963	FCX2916
O 960	FXI9213

IMÓVEIS - SETRAN

UNIDADES	ENDEREÇO	BAIRRO
SETRAN - Sede	Rua Armando Light Filho, 373	Sítio do Campo
Pátio de materiais	Rua Amália Belotti Pastorello, 180	Sítio do Campo
Pátio de apreensão de veículos	Avenida dos Trabalhadores, 3443	Vila Antártica

VEÍCULOS - SETRAN

VEÍCULO	PREFIXO	PLACA
SPIN	L – 16165	GCF – 1A71
SPIN	L – 16166	FVP – 4F02
SPIN	L – 16167	FSW – 7J24
STRADA	L – 16169	FPI – 5A83
STRADA	L – 16170	GID – 9A34
STRADA	L – 16171	FZO – 8H94
STRADA	L – 16172	GFB – 6J01
STRADA	L – 16174	GBJ – 5G06
STRADA	L – 16175	GIQ – 5E97
STRADA	L – 16176	JBP – 3C24
STRADA	L – 16177	GBE – 8H42
STRADA	L – 16178	FNZ – 0J22
STRADA	L – 16238	JBP – 3C32
RENEGADE	L – 16179	FOO – 5I91
RENEGADE	L – 16180	FLL – 2I61
STRADA CABINE DUPLA	L – 16181	FZT – 8D14
STRADA CABINE DUPLA	L – 16182	GCZ – 5F91
STRADA CABINE DUPLA	L – 16183	FFI – 4I92
STRADA CABINE DUPLA	L – 16184	GEI – 2G83
STRADA CABINE DUPLA	L – 16185	GFS – 4C83
FORD TRANSIT (VAN)	L – 16186	ESR – 9G36
ARGOS	L – 16229	STF – 1I51
ARGOS	L – 16230	SVT – 0J60
ARGOS	L – 16231	SWB – 8D40
GOL	C – 1034	EOB – 0664
UNO	C – 1039	DTE – 1J22
UNO	C – 1048	EJX – 9C38
UNO	C – 1049	BSE – 5E79
UNO	C – 1050	EEL – 1H80
F – 350	CH – 586	DBA – 5659

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EM SERVIÇOS DE CONTROLE DE SINANTRÓPICOS EM IMÓVEIS E VEÍCULOS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXXXXXXX

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA**, Secretário de Administração Interino, por atribuição conferida através do Artigo 31º, inciso XVIII; **JOÃO ALVES CORRÊA NETO**, titular pela Secretaria de Assuntos Institucionais, por atribuição conferida através do Artigo 75º, inciso VI; **GISELE DOMINGUES**, titular da Secretaria de Assistência Social, por atribuição conferida através do Artigo 45º, inciso IV; **MAURÍCIO VIEIRA IZUMI**, titular da Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, por atribuição conferida através do Artigo 28º, inciso XIII; **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através do Artigo 78º, inciso XXXVII; **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI; **RODRIGO SANTANA**, titular da Secretaria de Esporte e Lazer, por atribuição conferida através do Artigo 81º, inciso XXVI; **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do Artigo 51º, inciso XIX e **MARCELINO SANTOS GOMES**, titular da Secretaria de Trânsito, por atribuição conferida através do Artigo 69º, inciso XXX referente a Lei Complementar nº 1011/2025, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **17/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Registro de Preços **059/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços de controle de sinantrópicos em imóveis e veículos utilizados pelo município, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
...					
VALOR TOTAL					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um)** ano, contados da data de sua assinatura, prorrogável sucessivamente na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.



CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **(DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.



7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato.

8.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.19.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);

8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “10.1.2. a 10.1.4” do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “10.1.5 a 10.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “10.1.2. a 10.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

10.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.2.1. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4.2.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

10.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

11.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no artigo 138 §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.7.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.7.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133 de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº:

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO	FONTE	APLICAÇÃO
SEASP	2378	04.02.00 / 06.181.8003.2367 / 3.3.90.39.78	1	1.100.000
SECTUR	3014	19.02.00 / 13.122.3003.2024 / 3.3.90.39.16	1	1.100.000
SEEL	2642	20.02.00 / 27.812.3001.2405 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000
SESAP	4974	10.07.00 / 10.122.1001.2377 / 3.3.90.39.16	1	3.100.000
SEAD	2398	05.02.00 / 04.122.7004.2103 / 3.3.90.39.78	1	1.100.000
SETRAN	6176	16.02.00 / 15.452.8001.2439 / 3.3.90.39.99	1	1.000.064
SEAI	2625	18.02.00 / 11.334.6005.2354 / 3.3.90.39.16	1	1.100.000
SEAS	2461	08.02.00 / 08.122.4001.2468 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000
SEDUC	7538	09.27.00 / 12.361.2003.2408 / 3.3.90.39.16	1	2.200.000
	7539	09.27.00 / 12.365.2003.2409 / 3.3.90.39.16	1	2.130.000
	3121	09.02.00 / 12.367.2001.2043 / 3.3.90.39.19	1	2.400.000
SESURB	2598	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.99	1	1.100.000

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

17.2. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano da emancipação político administrativa.

SORAIA M. MILAN
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

GISELE DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social

RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA
Secretário de Administração Interino

MAURICIO VIEIRA IZUMI
Secretário Municipal de Assuntos De
Segurança Pública

JOÃO ALVES CORRÊA NETO
Secretário Municipal de Assuntos
Institucionais

MAURICIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura e Turismo



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAÍAS COSTA LIMA
Secretário Municipal de Saúde Pública

RODRIGO SANTANA
Secretário Municipal de Esporte E Lazer

MARCELINO SANTOS GOMES
Secretário Municipal de Trânsito

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Processo Administrativo nº 17/2026

Verificação de assinatura

Código de verificação:

VILUWYK3 GJV336BC 6AAXPEOX Q3OWXDZD



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas: